



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

**SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA CIDADE DE MAPUTO: ESTUDO DE
CASO NO MERCADO DE XIPAMANINE NO PERÍODO DE 2020-2021**

Autor: Mário Carlos Tamele

Supervisora: Msc. Maria Joana de Almeida

MAPUTO, MAIO, 2023

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS (FLCS)
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

Situação do Trabalho Infantil na cidade de Maputo: Estudo de Caso no Mercado de Xipamanine no período de 2020-2021

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos requisitos Exigido para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Mário Carlos Tamele

Supervisora: Msc. Maria Joana de Almeida

MAPUTO, MAIO, 2023

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Autor

Mário Carlos Tamele

**Situação do Trabalho Infantil na cidade de Maputo: Estudo de Caso no Mercado de
Xipamanine no período de 2020-2021**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane.

Mesa do Júri

Supervisora

Presidente

Oponente

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **MÁRIO CARLOS TAMELE** declaro por minha honra que a presente monografia é de minha autoria e nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para obtenção de qualquer grau académico em uma outra Universidade, ou para outros fins duvidosas e que o mesmo é produto do meu esforço, dedicação, empenho, e duma investigação pessoal, estando indicada toda bibliografia utilizada para sua elaboração.

MAPUTO, MAIO, 2023

(Mário Carlos Tamele)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Carlos Tamele; à minha mãe Laurina Notiço Tamele que desde a minha infância até agora tem dedicado a vida a mim e aos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela inspiração e por não me ter faltado nos momentos em que mais precisei de força e incentivo para continuar esse percurso estudantil que não é fácil. Agradeço a minha mãe; Laurina Notiço Tamele pela força, dedicação, amor, e coragem, agrade ao meu pai; Carlos Tamele, pelo apoio, amor incondicional, empenho, forças e esperança, agradeço a minha namorada; Eura Cesar, pelo carinho, amor, apoio, coragem, e acompanhamento, agradeço a todos meus irmãos, primos, e sobrinhos pela coragem, acompanhamento e forças.

Agradeço incondicionalmente à minha supervisora Dra. Maria Joana de Almeida pelo apoio, disponibilidade e paciência que teve desde o momento da elaboração do projecto, até esta fase da monografia, pois sem sua ajuda, nada disso seria possível.

Agradeço aos docentes do Departamento de Sociologia pelos ensinamentos transmitidos, PhD Hinervo Marqueza, PhD Chico Faria, Msc Ivo Cumbana, PhD Baltazar Muianga, Msc Adriano Maurício, Msc Emídio de Brito Moiana, dr Casimiro Guilamba, Msc Deborah de Brito, Msc Catarina Cuambe, Msc Sara Pinto, PhD Constâncio Machanguana.

Agradeço aos meus colegas da turma do Serviço Social do ano de 2016-2022, período laboral, Francisco Mbiza, Rosa Boene, Maria Uquelicia, Isac Paço, Tarcia Chelengo, Alcides, Joaquim Simbine, Filomena Munjovo, Lúdia Nhampossa, Kukika, Amelia Mondlane, Frazão Cumbe, Pedro Boene, Bersabé Tomo, Fernando Siteo, Feliciano Parafino, Elísio Dista, Simão Oito, João Manuel Andicene, Luís José Luís, Xavier Khereva Malova, Arlindo Jone Pereira, Ivandra Letícia meus amigos e colegas que participaram comigo o longo período da formação.

Agradeço aos líderes comunitários, crianças, pais e encarregados de educação que fizeram parte desta pesquisa no bairro de Xipamanine. Igualmente agradeço a todos que não foram citados, que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade, vai o meu sincero agradecimento.

EPÍGRAFE

“As crianças são flores que nunca murcham”

(Samora Machel, 1975).

LISTA DE SIGLAS

ASSOTSI	Associação dos Trabalhadores do Sector Informal
CRM	Constituição da República de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
OIT	Organização Internacional dos Trabalhadores
ONU	Organizações das Nações Unidas
PANPFTI	Plano de Acção Nacional de Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PES	Plano Económico Social
PFTI	Piores Formas de Trabalho Infantil

RESUMO

O presente trabalho aborda a situação do trabalho infantil na cidade de Maputo: Estudo de Caso no Mercado de Xipamanine no período de 2020-2021. O trabalho analisa os factores e as causas que influenciam no trabalho infantil na cidade de Maputo no período de 2020 a 2021, identifica as perspectivas das crianças envolvidas no trabalho infantil, apresenta as consequências do trabalho infantil, descreve a influência dos factores sócio-económicos e culturais, do trabalho infantil na cidade de Maputo. No entanto, o trabalho constatou que o trabalho infantil é uma das formas mais perversas de violação de direitos das crianças e adolescentes, acarreta diversos prejuízos físicos e psicológicos na vida dessas crianças, prejudicando a educação, não só, as crianças ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, dificuldades de se relacionar com outras crianças na sociedade e distanciamento do convívio social com pessoas de sua idade e adultas. O trabalho é de natureza qualitativa, quanto ao objectivo optou-se pelo estudo exploratório. No que concerne a técnica de colecta de dados, recorreu-se a técnica da entrevista semiestruturada e observação directa. Em relação ao enquadramento teórico, o trabalho optou pela teoria marxista para melhor explicar e relacionar com o tema em análise. Durante a elaboração do trabalho, constatou-se que as crianças envolvidas nas piores práticas do trabalho infantil no bairro de Xipamanine encontram-se em situação de carência, vulnerabilidade, pauperismo, e desistência escolar. A maior parte das crianças exercem essas actividades porque foram incumbidas pelos seus familiares como alternativa de ajudar na renda quotidiana.

Palavras-Chave: Trabalho Infantil, Criança, Família.

ABSTRACT

The present work addresses the situation of child labor in the city of Maputo: Case Study in the Xipamanine Market in the period 2020-2021. The work analyzes the factors and causes that influence child labor in the city of Maputo in the period from 2020 to 2021, identifies the perspectives of children involved in child labor, presents the consequences of child labor, describes the influence of socio-economic and cultural activities, child labor in the city of Maputo. The work is qualitative in nature, as for the objective of the work, we opted for an exploratory study. Concerning the technique of data collection, the technique of semi-structured interview and direct observation was used. Regarding the theoretical framework, the work opted for the Marxist theory to better explain and relate to the topic under analysis. During the elaboration of the work, it was found that the children involved in the worst practices of child labor in the Xipamanine neighborhood are in a situation of need, vulnerability, pauperism, and school dropout. Most children carry out these activities because they were asked by their relatives as an alternative to help with their daily income.

Keywords: Child Labor, Child, Family

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	IV
DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
EPÍGRAFE	VII
LISTA DE SIGLAS	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT.....	X
INTRODUÇÃO	1
Problema.....	5
Hipóteses	6
Justificativa.....	6
Objectivos.....	7
Geral:.....	7
Específicos:	7
Estrutura do Trabalho.....	7
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	8
1.1. Enquadramento Teórico	8
1.2. Enquadramento Conceptual	10
1.2.1. Criança.....	10
1.2.2. Trabalho Infantil	11
1.2.3. Família	11
1.2.4. Assistente Social.....	12
1.2.5. O Papel do Assistente Social na Intervenção em Situações do Trabalho Infantil	13

1.2.6.	Quadro Legal da Protecção da Criança	14
1.2.7.	Serviço Social	15
CAPITULO II: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.....		16
2.1.	Encontro com os Lideres do Bairro de Xipamanine	16
2.2.	Campanha e Divulgação dos Direitos da Criança na Família	17
2.3.	Visitas Domiciliárias a Crianças que Praticam o Trabalho Infantil na Família	18
CAPÍTULO III: METODOLOGIA		20
3.1.	Método de Abordagem.....	20
3.2.	Tipo de Pesquisa.....	21
3.3.	Quanto ao Objectivo.....	22
3.4.	População e Amostra.....	22
3.4.1.	Processo de Amostragem.....	23
3.5.	Instrumentos de Recolha de Dados	23
3.6.	Validade e Fiabilidade dos Resultados.....	25
3.7.	Aspectos éticos da Pesquisa	26
3.8.	Constrangimentos da Pesquisa	26
3.9.	Local do Estudo.....	27
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO.....		29
4.1.	Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados	29
4.2.	Factores que Contribuem para o Trabalho Infantil	30
4.3.	As Consequências do Trabalho Infantil	34
4.4.	Violação dos Direitos da Criança.....	37
4.5.	Percepções do Trabalho Infantil entre os Pais e Encarregados de Educação.....	39
4.6.	Medidas Preventivas a Prática do Trabalho Infantil	40
4.6.1.	Acesso à Educação e Formação Profissional	40

4.6.2.	Fortalecimento de Renda das Famílias Afectadas pelo Trabalho Infantil.....	41
4.6.3.	Sensibilização e Comunicação para Mudança de Comportamento.....	41
4.7.	Implementação do Plano de Intervenção	42
4.8.	Recomendações e Propostas de Melhorias.....	44
	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
	APÊNDICES.....	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau da Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, com o seguinte tema: situação do trabalho infantil na cidade de Maputo: estudo de caso no mercado de Xipamanine no período de 2020-2021.

Embora o trabalho infantil, como um todo, seja visto como inadequado e impróprio para os menores abaixo da idade mínima legal, as Nações Unidas (2001) consideram algumas formas de trabalho infantil como especialmente nocivas e cruéis, devendo ser combatidas com prioridade. A Convenção n.º 182 da OIT de 1999, aplicável neste caso a todos os menores de 18 anos, classifica, como as piores formas de trabalho infantil: o trabalho de escrava ou semiescravo (em condição análoga à da escravidão); o trabalho decorrente da venda e tráfico de menores; uso de menores para actividades ilícitas; a escravidão por vida (uso de crianças ou adolescentes em conflitos armados); a prostituição, a pornografia de menores, e uso de crianças nas pequenas actividades domésticas. É nessa vertente que o presente trabalho está focalizado no trabalho infantil com uma característica em uso das crianças em pequenas actividades domésticas segundo estabelecido pela Organização Internacional dos Trabalhadores.

A protecção da infância é um dos elementos essenciais na luta pela justiça social e pela paz universal, a Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT), entende que o trabalho infantil, além de não constituir trabalho digno e ser contrário à luta pela redução da pobreza, sobretudo rouba das crianças a sua saúde, o seu direito à educação, seu direito a convivência, ou seja, a sua própria vida enquanto crianças (OIT, 2018).

Segundo Thompson (2011), há indícios de que a utilização da mão-de-obra infantil já ocorria por volta de dois mil anos antes de Cristo, especialmente no Egipto, onde os menores eram submetidos ao regime geral e deviam trabalhar desde que tivessem relativo desenvolvimento físico. Em Roma, crianças trabalhavam como aprendizes e na Idade Média, trabalhavam tanto quanto os adultos. Ao longo da história o trabalho infantil era adoptado pelas famílias submetidas à pobreza, por concepções religiosas, ou pelo carácter disciplinador e educador da formação humana (Thompson, 2011).

Para Thompson (2011), as transformações no mundo laboral que intensificaram o ritmo do trabalho, ampliaram progressivamente o volume da produção do trabalhador individual e colectivamente não foram suficientes para que a humanidade prescindisse da exploração do trabalho infantil. Ela continua ocorrendo no mundo todo, especialmente na produção fabril, no entanto, o capitalismo não inventou o trabalho infantil mas criou as condições para que as crianças não só fossem transformadas em adultos precoces mais em trabalhadores focados na produção industrial para o sustento próprio e familiar (Thompson, 2011).

O trabalho infantil foi uma das características mais marcantes da Revolução Industrial. Para Thompson (2011), a concepção era de que as crianças pobres deveriam trabalhar, porque o trabalho protege do crime e da marginalidade, uma vez que o espaço fabril era concebido em oposição ao espaço de rua, considerado desorganizado e desregulado. Além disso, o trabalho das crianças permitia um aumento da renda familiar, ao mesmo tempo em que podia ser visto como uma ferramenta capaz de ensinar as crianças a ter uma autonomia própria (Thompson, 2011).

Segundo Martins (2013, p. 43-55), no período da revolução industrial, as crianças eram utilizadas nas fábricas e nas minas de carvão, sendo que muitas morriam devido ao excesso do trabalho, da insalubridade do ambiente e da desnutrição crónica, eram ajudantes de cozinheiro, operadoras de portinholas de ventilação, ou nas fabricações, ou na agricultura, frequentemente mal agasalhadas, no campo ou na fazenda, sob qualquer condição climática. Portanto, das crianças que trabalhavam nas fábricas, poucas conseguiam escapar aos acidentes de trabalho e das mutilações que esses acidentes provocavam. Ao atingir a vida adulta, muitas delas se encontravam em situações do pauperismo e vulnerabilidade. Sem esperança de dias melhores e conformados de que o seu destino era vagar pelas ruas até tomarem em leitos de morte, onde estariam livres desta vida vulnerável.

De acordo com a OIT (2016), actualmente no mundo, o trabalho infantil se desenvolve em diferentes espaços socioeconómicos do trabalho tais como: Na agricultura realizando trabalho pesado e sendo expostas a muitos perigos associados à introdução de moderna maquinaria e produtos químicos; em trabalho doméstico, árduo, sob condições de isolamento, trabalhando horas excessivas, sujeitas a abuso físico e sexual esse tipo de prática são mais frequentes no Brasil, Colômbia, Equador e Indonésia; Em regime de escravidão ou em arranjos de trabalho muito similares, como trabalho servil e prostituição infantil, esta última é muito comum no

Brasil, no Quênia e na Tailândia, enquanto crianças trabalham em regime escravo ou servil na Índia e no Nepal.

Em casa, cuidando de irmãos e irmãs mais novos ou ajudando em sítios ou empresas familiares, a ponto de isso se tornar sua principal ou única actividade. Essa forma é mais comum em países como Brasil, Colômbia, Equador, Filipinas, Quênia e Tanzânia. Na Europa, os países do antigo bloco socialista viram surgir o trabalho infantil em virtude dos desajustes sociais e econômicos decorrentes da transição para a economia do mercado, milhões de crianças fazem trabalho perigoso, abusivo e explorador (OIT, 2016).

Em Moçambique, 22% de crianças com idade compreendida entre os 5 e 14 anos estão envolvidas em trabalho infantil, segundo dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) de 2017, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017). O trabalho infantil tem sido um das questões sociais que mais caracterizam a violação dos direitos da criança em Moçambique. Embora passos importantes estejam sendo dados com vista a melhorar o quadro político-legal para a protecção da criança contra o trabalho infantil em Moçambique, esta questão social permanece um dos maiores entraves ao desenvolvimento harmonioso da criança e da sociedade moçambicana, impedindo a criança vítima ou em risco de realizar plenamente os seus direitos (INE, 2017, p. 20-44).

Em Moçambique, actividades laborais prejudiciais envolvendo crianças, estão principalmente associadas ao trabalho doméstico e agrícola, e à mineração, com enfoque na indústria do algodão e do tabaco e na mineração ilegal, vulgo garimpo. Adicionalmente, a maior parte das crianças trabalhadoras envolvidas nestas duas actividades (agricultura e mineração), fazem-no sem remuneração para a família, e não existem dados consistentes sobre a magnitude do envolvimento de crianças em ambas actividades (Francisco, 2013, p. 39-58).

Para Silva (2010, p. 19), a sociedade moçambicana, em particular as comunidades rurais, continuam fortemente sustentadas pelos costumes e pelas tradições locais, que são continuamente preservados sem ter em conta, em muitas situações, o valor inalienável dos direitos da pessoa humana e da criança em particular. Portanto, algumas práticas preservadas nestes hábitos culturais acabam sendo prejudiciais às crianças e apesar destes encontrarem resposta nos instrumentos legais que o país adoptou no plano interno e internacional, a força da

sua implementação ainda não consegue prevenir e combater de forma adequada a questão social do trabalho infantil no país. Segundo Silva (2010), nas comunidades rurais é comum que a criança nasça já a trabalhar. Ou seja, a criança é educada desde os seus primeiros anos de vida a trabalhar para a família, por mais que esse “trabalho” não signifique necessariamente contribuição para aumentar a renda familiar.

Entretanto, à medida que a criança vai crescendo, é inculcada nela o espírito do trabalho para ajudar os pais, isto é, estes sempre esperam que os seus filhos sejam a sua principal fonte de sustento. A forte convicção de que os filhos são a riqueza dos pais ou da família, é interpretada como fonte segura de sustento principalmente numa situação em que os pais já não conseguem encontrar esse sustento por si próprios. Os progenitores acreditam que colocar as crianças a trabalhar é útil para eles, sem se preocuparem com os potenciais perigos desse trabalho para os seus filhos. Por isso, o trabalho doméstico remunerado e não remunerado está também, fortemente associado a esta visão costumeira das comunidades rurais (Silva, 2010, p. 55-57).

Dias (2013, p. 30) realça que as crianças exploradas no trabalho doméstico são, também, provenientes não só das próprias famílias mas também de famílias próximas ou mesmo recrutadas para o efeito, em troca de favores, como por exemplo o acesso a melhores condições de vida que inclui educação, alimentação, vestuário e tecto condigno. No entanto, nem sempre estas promessas são realizadas por aqueles que aliciaram estas crianças e suas famílias.

Pra Dias (2013, p. 45), a oferta de serviços sociais básicos junto das comunidades locais, principalmente as comunidades rurais, nomeadamente os serviços de educação, saúde e protecção, pode ser um factor que contribui para que as crianças neste meio fiquem altamente vulneráveis ao trabalho infantil. Esta falta de oferta de serviços como a educação, saúde e disponibilidade de água, aliado aos baixos níveis de renda das famílias, muitas delas unicamente dependentes da agricultura para o seu sustento. Por assim dizer, muitas famílias procuraram alternativas que passam envolver as crianças no trabalho infantil incluindo o doméstico.

Problema

O trabalho infantil segundo Vasconcelos (2019) é uma das formas mais perversas de violação de direitos das crianças e adolescentes. Essa espécie de condição de trabalho acarreta diversos prejuízos físicos e psicológicos a vida dessas crianças. Prejudicando a educação, pois com o trabalho precoce, essas crianças e adolescentes podem não conseguir estudar e se conseguem, o cansaço pode as impedir de usufruir plenamente.

Isto explica-se pelo facto de muitas crianças que praticam o trabalho infantil no mercado de Xipamanine apresentarem baixos índices de escolaridade, desistência escolar, cessão de matrículas nas escolas e alto índices do analfabetismo. Muitas delas são provenientes de diferentes províncias a nível nacional e patenteia fortes indícios de desnutrição crónica, emagrecimento, cansaço e esgotamento corporal enquanto crianças.

As práticas do trabalho infantil são também recorrentes na sociedade moçambicana, e representam um desvio das normas constitucionais uma vez que não se coadunam com os princípios sócio-jurídicos da convenção dos direitos da criança e da Constituição da República de Moçambique (CRM). Segundo estes princípios, as crianças têm direitos à educação e a protecção contra trabalhos que ponham em perigo a sua saúde.

O trabalho infantil provoca diferentes problemas que podem se caracterizar como: físico – as crianças ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos; emocional – as crianças podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos efectivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores; social – as crianças antes mesmo de atingirem a idade adulta realizam trabalho que requer maturidade de adulto, afastando-as do convívio social com pessoas de sua idade (Dias, 2013, p. 44-57).

Entretanto, quando são incluídas no mundo do trabalho, estas são impedidas de viver a infância e a adolescência sem ter assegurados seus direitos de brincar e de estudar. Isso dificulta muito a vivência de experiências fundamentais para seu desenvolvimento e compromete o seu bom desempenho – condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva (Dias, 2013).

Face as reflexões apresentadas, entende-se que maior parte das crianças envolvidas em situação do trabalho infantil apresentam um problema do âmbito social, emocional, económico, político, social, cultural, comportamental entre outros. Sendo assim, cabe ao Estado providenciar os programas de luta contra o trabalho infantil em Moçambique de modo que essas práticas possam se eliminar ou minimizar e que as próprias crianças possam gozar os seus direitos sociais dentro da sociedade e na família. Nesta ordem de ideia, levantou-se a seguinte pergunta de partida: *Como se caracteriza as crianças que praticam o trabalho infantil na cidade de Maputo?*

Hipóteses

O presente trabalho apresenta duas hipóteses para melhor responder a pergunta de partida, sendo assim, podem se descrever como:

H¹: As crianças que praticam o trabalho infantil na cidade de Maputo se caracterizam por falta de rendimentos básicos para suprir as suas necessidades, pobreza extrema, orfandade, desistência escolar, falta de protecção social e assistência familiar;

H²: As crianças que praticam o trabalho infantil na cidade se caracterizam por venderem, os produtos alimentares e não alimentares com vista a aumentar os rendimentos de si e de seus familiares.

Justificativa

A escolha do tema deveu-se ao facto de que o trabalho infantil constitui um tema importante para se abordar no curso da Licenciatura em Serviço Social como um tema que aspira os Assistentes Sociais munidos de competências teóricas metodológicas, ético político e técnico operativo, para solucionar as demandas relativas a erradicação do trabalho infantil. A escolha do tema deve-se ao facto do pesquisador ter presenciado as questões sociais ligadas a prática do trabalho infantil nos bairros de Xipamanine, Aeroporto B, entre outros bairros do Distrito Urbano Nihamankulu.

No âmbito social o trabalho irá dar os significados sociais da prática do trabalho infantil no seio das sociedades e famílias na cidade de Maputo. Contribuirá em análise mais profundas sobre as condições sócioeconómicas, políticas e culturais das mesmas. Na área académica, o trabalho irá dar um contributo na área da investigação em ciências sociais e em Serviço Social para melhor compreender as diversas multifaces da questão social.

Objectivos

Geral:

- Compreender os factores e as causas que influenciam no trabalho infantil na cidade de Maputo no período de 2020 a 2021

Específicos:

- Identificar as perspectivas das crianças envolvidas no trabalho infantil na cidade de Maputo;
- Analisar a influência dos factores sócio-económicas e culturais, do trabalho infantil na cidade de Maputo e
- Apresentar as consequências do trabalho infantil na cidade de Maputo.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. Na primeira secção apresenta-se a introdução do trabalho onde mostra-se as principais linhas de reflexão sobre o assunto e as temáticas que aqui aborda-se, trata-se da contextualização do tema, problema de pesquisa, pergunta de partida, hipóteses, justificativa do trabalho, objectivos gerais e específicos do trabalho.

Na segunda secção apresenta o primeiro capítulo onde encontra-se o enquadramento teórico e conceptual, que apresenta a teoria de base usada para análise dos dados na pesquisa e apresentação de conceitos-chave. Na terceira secção apresenta-se o segundo capítulo direccionado ao plano de intervenção social. Na quarta secção apresenta-se o terceiro capítulo que diz respeito a metodologia, ilustrando os procedimentos técnicos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa. Na quinta secção apresenta-se o quarto e último capítulo onde foi feita a análise, interpretação e discussão dos dados obtidos do trabalho, as recomendações e propostas, conclusão, referências e apêndices do trabalho.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste presente capítulo irá se apresentar a teoria que sustenta o tema situação do trabalho infantil na cidade de Maputo: estudo de caso no mercado de Xipamanine no período de 2020 a 2021. O mesmo capítulo está dividido em dois subcapítulos, neste caso, o primeiro subcapítulo aborda a questão do enquadramento teórico e o segundo apresenta o enquadramento conceptual que diz respeito ao desenvolvimento do tema para melhor ser o entendimento e explanação dos conteúdos referentes ao trabalho infantil.

1.1. Enquadramento Teórico

De acordo com Nogueira (2014), o Serviço Social tem sido fundamentado por diversas correntes teóricas no campo das ciências humanas, que tem contribuído para uma melhor compreensão da realidade, quer ao nível do comportamento e das motivações dos indivíduos, quer ao nível da sua interação com o meio em que se insere. Tendo em conta que o trabalho infantil é uma questão social ligada ao Serviço Social, várias teorias abordam sobre essa questão. Dentre elas a teoria marxista defendida por Karl Marx, teoria funcionalista defendida pelo Émile Durkheim, a teoria weberiana apresentada na perspectiva de Max Weber, a teoria de socialização apresentada pelo Marcel Mauss, a teoria das representações sociais, entre outras. Entretanto, o presente trabalho aptou pela teoria marxista defendida por Karl Marx.

Para Nogueira (2014, p. 29-31), Marx acreditava que o uso da força de trabalho infantil é o fruto das desigualdades, pobreza, divisão de classes, mendicidade, vulnerabilidade, e acumulação do capital na minoria dos grupos. De acordo com Nogueira (2014), a teoria marxista considera que o tipo de actividade que essas crianças trabalhadoras desenvolvem, pela sua insalubridade, não só não educa a criança pauperizada na direcção do seu crescimento e realização como ser social, mas ainda a coloca em risco de vida e não gera renda prometida, apenas permitindo a sua sobrevivência dentro da miséria e opressão. Portanto, a utilização do trabalho infantil não é resultado da vontade das famílias, muito menos de determinadas relações sociais, mas carência económica, e desigualdades sociais.

Segundo Nogueira (2014), a teoria marxista aponta as questões económicas, questões sociais, culturais, políticos, como as principais inibidoras do trabalho infantil na sociedade contemporânea, além de provocar o excessivo estresse físico, emocional ou psicológico

impedem o acesso à educação, comprometam a dignidade e a autoestima da criança, prejudicam o pleno desenvolvimento físico, emocional da criança.

Entretanto, a utilização do trabalho infantil no processo produtivo tem a sua razão de ser nas relações sociais capitalistas e na relação que se estabelece com o novo modo de produzir na sociedade. Ela não é resultado da vontade das famílias dos trabalhadores, muito menos de determinada tradição cultural. Ela é resultado do pauperismo, mendicância, desigualdade de classes, acumulação de capital. Nesta senda, essa transformação do processo produtivo implica também consequências drásticas a nível familiar e individual das crianças envolvidas nessas práticas, muitas delas são afectadas pelo fracasso escolar, fraca imunidade, dificuldade de se inserir na sociedade, precarização, entre outras conforme Marx (1980) citado por (Nogueira, 2014),

Tendo em conta que a teoria marxista aponta as questões económicas, questões sociais, culturais, políticas, as questões ligadas a pobreza como as principais inibidoras do trabalho infantil na sociedade contemporânea. É de relevância a teoria marxista com o presente tema, pois no presente trabalho, procura perceber os principais factores, as principais causas e as consequências que o trabalho infantil apresenta nas vidas das crianças (Nogueira, 2014).

No entanto, a teoria de Marx é a que se optou para compreender a realidade que se pretende pesquisar, pois com ela, pode-se entender que o capitalismo favorece os padrões de vida da minoria, obrigando e/ou permitindo assim que muitas famílias não tenham o acesso a qualidade de vida satisfatória, o emprego, a renda, a moradia, a alimentação, possibilitando assim a emergência da prática do trabalho infantil na sociedade (Nogueira, 2014, p. 40-50).

Portanto, por um lado, se relacionou a teoria de Marx com o tema, porque a mesma procura compreender as socializações (familiares, escolares, nos grupos de pares, ou nas instituições culturais, desportivas, políticas, religiosas) e os processos de interiorização das relações de autoridade, das disposições sócio-políticas, das disposições culturais-cognitivas, dos quadros de valores culturais e morais, das disposições mentais e comportamentais na perspectiva da infraestrutura da organização social. Para Marx, é na infraestrutura onde acontece esses processos relacionados as práticas do trabalho infantil na sociedade (Nogueira, 2014, p. 50-55).

1.2. Enquadramento Conceptual

Neste subcapítulo irá se focalizar nos seguintes conceitos chave para melhor percepção do tema. Dentre eles irá se operacionalizar a criança, o trabalho infantil, família, quadro legal da protecção da criança, e o papel do Assistente Social.

1.2.1. Criança

Segundo a UNICEF (1990), crianças são todos os indivíduos com menos de dezoito (18) anos de idade, excepto se a lei nacional conferir a maior idade mais cedo. Esta definição dá ênfase a dimensão psico-biológica da criança.

De acordo com a Lei nº 8/2008, de 15 de julho da Constituição da República de Moçambique, criança é considerada como todo o indivíduo com idade inferior a 18 anos de idade. No seu artigo nº4 condena todo trabalho ilícito ou prejudicial a toda criança.

O conceito de criança é definido em função da idade segundo a convenção sobre os direitos da criança. No entanto, alguns autores como Delgado e Muller (2005) sugerem que para além da idade, é preciso ter em conta as capacidades de autonomia e de expressão da criança. Na esfera económica e particularmente em Moçambique (lei do trabalho 23/2007 citado pela OIT, 2012), criança é considerada como todo o indivíduo moçambicano com idade inferior a 15 anos. Assim, referimo-nos criança todos actores com idades entre 0 aos 14 anos.

No presente trabalho irá se trabalhar com criança numa dimensão individual como todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 10 aos 14 anos, diferenciando-se na sua capacidade de locomoção, expressão, autonomia e acção. Esta definição se mostrou importante para a explicação do estudo pelo facto de pretendermos trabalhar com menores de idade que tenham a capacidade de dar informação acerca da realidade vivida, para destes captar as noções e as interpretações da prática do trabalho infantil na cidade de Maputo concretamente no mercado de Xipamanine.

1.2.2. Trabalho Infantil

Segundo Silva (2010, p. 30), o trabalho infantil é toda a forma de trabalho exercida por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho conforme a legislação de cada país. Esta autora enfatiza a dimensão jurídico-legal do trabalho infantil.

Segundo a OIT (2012), trabalho infantil é toda forma de trabalho laboral desenvolvida por pessoas com idades inferiores a 15 anos, sujeito ou não a remuneração (económica, cooperativa, associativas ou de organizações não governamentais). Esta definição demonstra a existência de diferença entre trabalho de menores e trabalho infantil considerando que o primeiro é exercido por menores de 18 anos e, trabalho infantil é exercido por crianças menores de 15 anos de idade, que é a idade mínima da admissão para o emprego em Moçambique.

A Lei do trabalho 23/2007 permite o acesso de crianças no mercado do trabalho antes da idade mínima de admissão desde que estas tenham idades compreendidas entre os 12 aos 14 anos e mediante a autorização do seu representante legal. A partir desse momento são determinados a natureza do trabalho e as condições espaciais e temporais em que este trabalho poderá ser prestado.

1.2.3. Família

Primeiro, importa referir que não existe um conceito exacto, universal e global do que seja família, porque ela é dinâmica, está em constante mudança e transformação, o que faz com que surjam novos modelos de estrutura e organização familiar. Ela deve ser definida, tendo em conta o contexto histórico, económico, político e social em que se encontra inserida.

A família é um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, onde os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças. Os laços de parentesco são entendidos como sendo as relações entre os indivíduos, estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência (Freitas, 2014, p. 7).

Segundo Oliveira (2009, p. 84) a família é uma maneira de vida privada de se expressar, lugar de intimidade, de construções individuais e colectivas e um espaço significativo para a expressão dos sentimentos, que, nessa modernidade, podem ser esquecidos diante da correria

contemporânea. Neste sentido, ela torna-se imprescindível na sociedade. Os vínculos familiares podem assegurar ao indivíduo a segurança de pertencimento social.

A Lei da Família, a nº10/2004, no seu artigo 1º defende que a família é a célula base da sociedade, factor de socialização da pessoa humana. Ela constitui o espaço privilegiado no qual se cria, desenvolve, cultiva a personalidade dos seus membros e onde devem ser cultivados o diálogo e ajuda. No seu artigo 3º da mesma Lei, é obrigação da família, cuidar e proteger as crianças de todos perigos que criam danos psicológicos, emocionais e físicos da criança, a família tem o dever de prestar assistência a criança, educar, por a criança na escola, prestar assistência medica e medicamentosa em situações de doenças.

Nesta senda, a Lei pretende elucidar que a família é uma instituição de socialização primária. Os autores convergem na ideia de que, é na família onde os indivíduos adoptam os valores, as crenças, a ética, as normas sociais, que por sua vez, permitem a integração dos mesmos (indivíduos) na sociedade. Ou seja, ela é o elo entre o indivíduo e a sociedade. O conceito de Freitas (2014) diverge com o dos outros autores por destacar apenas dois elementos para constituir família: o parentesco e a descendência. No presente trabalho, adoptou-se o conceito da Lei nº10/2004, por considerar a família como um espaço onde deve haver cuidados, assistência e protecção a criança de todos os perigos existentes na sociedade contemporânea.

1.2.4. Assistente Social

Para Cesar (2013, p. 54-68), o Assistente Social é um profissional que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, ele actua em diferentes áreas do saber. Para o autor o Assistente Social tem algumas características na integração da criança na família dentre elas podemos destacar como:

- A busca constante pelo conhecimento da prática na orientação a família para que proporcione um elevado grau de protecção e participação da criança;
- Ser um profissional competente no desenvolvimento comunitário principalmente para as famílias que se encontram sem situação de pobreza e vulnerabilidade;
- Manter um ambiente agradável no núcleo familiar propondo assim mudanças de atitudes no seio familiar que pratica o trabalho infantil.

Segundo o mesmo autor, o profissional ao se inserir directamente nas comunidades, além de criar um clima tenso, provavelmente não conseguirá atingir seus objectivos de novas acções propostas de intervenções. No entanto, a negociação e as acções estratégicas se colocam como a melhor alternativa para a efectivação da transformação que se espera e desenvolver o trabalho em conjunto com os demais indivíduos de forma cooperada para que se obtenha êxito.

1.2.5. O Papel do Assistente Social na Intervenção em Situações do Trabalho Infantil

Para Guerra (2014, p. 85-98), o Assistente Social tem o papel de divulgar, através de palestras e seminários, os instrumentos que protegem os Direitos da Criança, (Convenção Internacional do Direitos da Criança, Lei sobre a Promoção e Protecção dos Direitos da Criança e a Lei sobre a Prevenção e Combate ao Trafico de Pessoas, em particular Mulheres e Crianças); Divulgar, através de palestras e seminários, os instrumentos que protegem os Direitos dos menores e respetivo protocolo; Prestar atendimento através dos Serviços Sociais de Acção Social: Acolhimento, assistência médica e medicamentosa, alimentar, material, escolar, vestuário e psicossocial; Elaborar o relatório anual sobre a situação da criança em Moçambique; Reproduzir e divulgar brochuras de Plano Nacional de Acção para a Criança.

- Controlar da legalidade laboral, a realização de observatórios do trabalho infantil e de um estudo sobre o impacto do trabalho infantil em Moçambique;
- Expandir o sistema informatizado de registo civil para todas as províncias a nível nacional e abertura de mais postos de registo civil, para as crianças que não tem acesso a tais serviços;
- Promover a participação de todas as crianças que se encontram em situação de trabalho infantil em questões como a protecção, inclusão social e participação política do país.

Cabe ao Assistente Social efectuar a sensibilização e capacitação das comunidades para alertá-las sobre os perigos/riscos do trabalho infantil; realização de campanhas contra o trabalho infantil com o envolvimento da Sociedade Civil, e Organizações Não-governamentais; criação de formas alternativas de rendimento para as famílias das crianças trabalhadoras para as tirar do trabalho e integrá-las no sistema educativo; materializar a capacitação e sensibilização das organizações sindicais, líderes comunitários e organizações comunitárias de base para a identificação e denúncia do trabalho Infantil e exploração de menores (Guerra 2014, p. 85-98).

Nesta senda, uma das competências do Assistente Social é desenhar políticas preventivas, estratégias para a sua implementação, programas de sustentabilidade social, e planos de monitoria e avaliação a crianças que praticam o trabalho infantil, abuso, exploração, tráfico e negligência, promovendo leis, políticas, serviços e mudança de comportamento a todos os níveis para o bem-estar dos mesmos.

1.2.6. Quadro Legal da Protecção da Criança

A Lei do Trabalho (Lei nº 23/2007) reformulou o regime do trabalho de menores, tendo por exemplo, passado a permitir que o menor receba por si o seu salário, isto, para além das disposições que protegem o menor em relação à sua saúde e horário de trabalho. A nível internacional o país ratificou o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, suplementando a Convenção da ONU Contra o Crime Organizado Transnacional. Neste domínio, apontam-se também progressos assinaláveis, no aumento de acesso aos serviços de registo de nascimentos em todo o país.

Foi ainda levado a cabo um estudo sobre as piores formas de trabalho infantil, em coordenação com a OIT, e estabelecido um Observatório do Trabalho Infantil em Moçambique. Com vista a identificar casos de exploração do trabalho infantil foram realizadas inspeções do trabalho a diferentes empresas com vista à identificação de casos e tomada de medidas necessárias. O Plano Nacional de Acção para as Crianças II (PNAC II) 2013-2019, baseado no princípio fundamental A Criança em Primeiro Lugar, reitera o compromisso de Moçambique a garantir todos os direitos para todas as crianças até os 18 anos de idade (OIT, 2016).

O plano baseia-se nas políticas e estratégias de diferentes sectores tendo em vista o bem-estar das crianças e identifica as áreas-chave, objectivos e as principais acções promovendo a sua implementação através de uma abordagem multisectorial e coordenada com o envolvimento das famílias, comunidades, sociedade civil e das próprias crianças. Para facilitar o desenvolvimento sistémico e a implementação dessas políticas, o plano se concentra em quatro áreas prioritárias de atenção à criança, nomeadamente:

- i) Sobrevivência da Criança;
- ii) desenvolvimento da Criança;
- iii) protecção e participação da Criança

A protecção da criança em Moçambique é um desafio complexo devido ao contexto em que ocorrem as múltiplas formas de abuso, exploração, violência e discriminação que as crianças enfrentam, por vezes agravados por práticas tradicionais ou atitudes sociais negativas. Apesar dos vários esforços levados a cabo pelos vários intervenientes governamentais e não-governamentais, as piores práticas do trabalho infantil em Moçambique ainda tem-se alastrado em todas sociedades a nível nacional.

1.2.7. Serviço Social

São vários os conceitos que podem ser atribuídos ao termo Serviço Social. Neste contexto, entende-se por Serviço Social como sendo aquele que surge e se desenvolve em resposta às situações e problemas sociais concretos derivados da estrutura social, visando a humanização verdadeira do homem, do seu mais ser ou acomodar-se em favor da permanência (Kisnerman, 1991).

O Serviço Social é uma profissão que visa proporcionar bem-estar social aos indivíduos através da elaboração de políticas que visam criar uma inclusão dos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Actualmente, a profissão do Assistente Social deixou de ser mera filantropia, ela foi se metamorfoseando com o tempo e ganhou novos desafios dentre os quais se destaca a resolução de vários problemas sociais que enfermam a sociedade (Netto, 1996).

De acordo com Dourado (2010), o Serviço Social é uma profissão que, devido à sua singularidade, apresenta uma aptidão para construir uma visão abrangente acerca do processo de trabalho por meio da sua inserção junto aos trabalhadores.

Nesse contexto, o trabalho do Assistente Social ainda é requisitado nos dias actuais para actuar nas situações da pobreza, divisão de classe, nas questões políticas, económicas, sociais, culturais, que interferem na busca da paz, cidadania, e harmonia nas suas necessidades de reprodução material e de sua família, mas, agora, também são chamados para intervir em novos projectos, mais amplos e “extra muros” do Estado, que requerem uma acção “colada” à filosofia e às práticas constitucionais modernas da gestão do trabalho. Acerca das novas demandas postas ao trabalho do Assistente Social destacamos a participação nos programas Participativos que são pautados pela Qualidade Total dos grupos vulneráveis, de Qualidade de Vida das crianças, jovens, adultos e pessoas idosas (César, 2013, p. 30-45).

CAPITULO II: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo serão apresentadas as actividades desenvolvidas no campo de pesquisa. A mesma está dividida em três actividades principais que foram arroladas dentro do terreno estudado. A primeira actividade é o encontro com os líderes do bairro de Xipamanine, a segunda é a campanha e divulgação dos direitos das crianças na família e por último a visita domiciliária das crianças que praticam o trabalho infantil no mercado Xipamanine.

2.1. Encontro com os Líderes do Bairro de Xipamanine

A primeira actividade consistiu em realizar um encontro com a estrutura do bairro de Xipamanine e representantes do conselho municipal do bairro, a mesma actividade tinha como objectivo:

- Apresentar um plano de intervenção direccionado as crianças que estavam envolvidas ao trabalho infantil na família;
- Fortalecer as práticas de encaminhamento e resposta ao nível das escolas, comunidades, envolvendo os líderes locais, chefes dos quarteirões, líderes comunitários e divulgar mensagens chave concernentes ao papel da sociedade no combate ao trabalho infantil.

De salientar que todos os objectivos foram materializadas com as instituições ligadas a essa prática do trabalho infantil no mercado de Xipamanine e o pesquisador. Entretanto, o conselho municipal de Maputo teve um papel fundamental na implementação das estratégias viradas a erradicação do trabalho infantil naquele mercado.

O encontro teve lugar no bairro de Xipamanine, Quarteirão 33 onde estavam presentes, os chefes de quarteirões 33, 35, e 42, líderes comunitários, conselho administrativo do Distrito Municipal de Kalhamankulu, Conselho Municipal do Distrito de Kalhamankulu e o pesquisador. De salientar que para além de se apresentar as estratégias de combate ao trabalho infantil nessa actividade, o encontro fazia uma cooperação entre o estudante da Universidade Eduardo Mondlane e os lideres do mesmo bairro com um horizonte temporal de uma semana.

As técnicas utilizadas nesta actividade foi a observação directa, visto que observação directa é uma técnica muito utilizada pelos pesquisadores, investigadores, para a colheita de dados. Ela

pode ser traduzida em ouvir com atenção, não fazer pré-julgamentos e/ou discriminação (Minayo, 2010).

A técnica de observação directa se materializou no contexto em que o pesquisador ouviu atentamente as situações relativas ao trabalho infantil num momento do encontro, na mesma senda, observou-se as consequências do trabalho infantil na cidade de Maputo, os índices de pobreza para as famílias promotoras destas práticas. Durante a materialização desta actividade, pode-se notar que muitas crianças padeciam de diversas necessidades básicas na família, como a educação, alimentação e moradia naquele mesmo bairro. A actividade consistia em compreender e analisar os acontecimentos decorrentes nas residências dos agregados familiares para posterior dar um parecer social entre os mesmos. Efectuar uma descrição contextualizada da visita realizada (sujeitos envolvidos na situação que foram ouvidos ou contactados, os instrumentos utilizados), para depois prescrever de forma resumida os acontecimentos decorrentes no encontro entre os líderes.

2.2. Campanha e Divulgação dos Direitos da Criança na Família

A actividade tinha como objectivo efectuar as campanhas e divulgação sobre os direitos das crianças, nomeadamente: direito a escola, direito a vida, direito a protecção, direito a família, direito a participação económica, e direito a um nome. A actividade consistia em criar um espaço saudável e divertido, na discussão sobre o combate a qualquer tipo de prática do trabalho infantil, no Distrito Urbano de Nhamankulu.

Aumentar a consciencialização e mobilização das comunidades e do público em geral para a mudança de comportamento quanto ao envolvimento de crianças nas piores formas de trabalho infantil na família e no Distrito Urbano de Nhamankulu; Reforçar o quadro jurídico, político e institucional para prevenir\eliminar o envolvimento de crianças nas piores formas de trabalho infantil e aumentar o acesso à educação e programas de formação profissional apropriados para crianças na família.

A campanha foi concretizada na presença da estrutura do bairro para melhor intervir no bairro de Xipamanine. Durante o processo da actividade, muitas famílias ficaram satisfeitas pela estratégia de campanha, pós algumas delas não tinha acesso a informação sobre os direitos da criança na

sociedade, esses direitos estão relacionadas a educação, moradia, alimentação, lazer, direito a participar livremente nas políticas de protecção social.

Participaram desta actividade, os chefes dos quarteirões 33, 35, e 42, líderes comunitários, pesquisador, pais e encarregados de educação com horizonte temporal de uma semana. O instrumento utilizado nesta actividade para a recolha de dados foi o diário de campo e o parecer social. De acordo com Favero (2013), o parecer social se refere a opinião que o/a assistente social emite sobre uma situação estudada, opinião esta baseada na análise realizada e desta deverá conter os aspectos mais pertinentes da situação.

Para Favero (2013), o diário de campo é um instrumento que anota os dados utilizados pelos pesquisadores, académicos, investigadores, entre outros. A sua utilização consiste em escrever, anotar todos os acontecimentos observados no campo de pesquisa ou no campo de intervenção. A materialização do diário de campo foi no contexto em que se anotou todos os acontecimentos observados pelo pesquisador no local da pesquisa no âmbito de colecta de dados.

2.3. Visitas Domiciliárias a Crianças que Praticam o Trabalho Infantil na Família

Durante o percurso do trabalho fez-se a visita domiciliária nas zonas de Xipamanine, Aeroporto A, B e C, a visita tinha como o objectivo fazer o diagnóstico situacional (conhecer as dificuldades e problemas que as famílias dos menores enfrentam na sociedade), também a visita se deu no âmbito da interação com o grupo alvo. Foi possível constatar que muitas crianças fazem esse trabalho para sustentar os seus familiares, avós, pais e mães. E maior parte delas passam por necessidades alimentares, educação, saneamento, sofrem de preconceito e exclusão nesses bairros onde se efectuou a visita domiciliária.

Também foi feita a visita domiciliar no bairro de Xipamanine C, e no bairro central, porém de salientar que no mercado de Xipamanine é o lugar que muitas crianças tem praticado o trabalho infantil. A actividade foi feita pelo pesquisador, e lideres do bairro de Xipamanine em duas semanas. Entretanto, o primeiro passo na materialização da visita domiciliária foi a entrega da credencial ao líder do bairro Xipamanine e ao conselho municipal do bairro para a concretização da actividade. O segundo passo, foi de conhecer a estrutura de bairro, neste caso os chefes dos quarteirões, estrutura do mercado Xipamanine, chefe e representantes de casas, e o círculo municipal do Distrito Urbano de Nlhamankulu.

O terceiro passo foi de conhecer as principais famílias inibidoras do trabalho infantil naquela mesma área, conhecer os agregados familiares, o tipo de casa, as condições existentes na família, e as principais causas do trabalho infantil e por último efectuar a visita domiciliária. No decorrer da visita domiciliária constatou-se que muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade risco e pobreza urbana, a maior parte dos agregados familiares são compostas por 5 (cinco) elementos á 10 (dez) elementos.

Durante o percurso da visita domiciliária, verificou-se que muitas crianças envolvidas nessas actividades são vítimas de estigma, preconceito, e discriminação naquele mesmo bairro, pós muitas delas abandonam a escola para poder ajudar as suas famílias na renda. Constatou-se também que essas crianças são violadas os seus direitos sociais na família.

De acordo com Miato (2013), a visita domiciliária: Se constitui no ir ao local de residência do usuário, ao seu território de moradia. Neste sentido, temos de ter em mente que não é um “ir” sem um planeamento prévio, não é uma visita qualquer. Ela deve ter objectivos bem definidos. A visita domiciliária tem como objectivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do quotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete (Miato, 2013).

A entrevista é um acto, que reúne duas ou mais pessoas, com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; é um momento de escuta, ouvir é uma actividade activa do/a Assistente Social, não é um mero receber informações do usuário e vai muito além de um bate-papo. Ao ouvir atentamente, o profissional irá concomitantemente elencando possíveis situações para intervir nas questões/demandas postas pelo entrevistado. (Miato, 2013). A materialização da entrevista se procedeu no contexto em que o pesquisador entrevistou os pais e os encarregados da educação sobre a inserção das crianças nas piores práticas do trabalho infantil. Também se entrevistou quais eram as principais causas que influenciam no trabalho infantil naquele mesmo bairro. Durante o processo das entrevistas, os pais e encarregados de educação indicaram as questões económicas, a renda familiar, falta de bens para se reproduzir materialmente e nas questões culturais como as principais causas que influenciam nas piores práticas do trabalho infantil.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Neste capítulo foram apresentadas de forma clara e concisa as etapas seguidas para a elaboração do trabalho. Porém o trabalho optou pela abordagem qualitativa que culminou com a revisão bibliográfica/documental bem como a realização do trabalho de campo para efectuar as entrevistas com o grupo-alvo no mercado Xipamanine. A pesquisa bibliográfica permiti-nos saber o que já existe sobre a literatura do trabalho infantil em Moçambique e foi bastante útil ao fazer análise com base nas consultas em artigos, livros, documentos, ao acervo bibliográfico.

3.1. Método de Abordagem

O presente trabalho é de natureza qualitativa. Segundo Rudios (2012), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção da questão social dentro do seu contexto. Facilita o tratamento e análise de informação, exige menos tempo, são objectivos, e requerem menor esforço por parte dos sujeitos aos quais são aplicados. Nesta perspectiva essa abordagem facilita o tratamento das informações relacionadas ao trabalho infantil em Moçambique nos dias actuais.

E de acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para Gil (2010, p. 128) o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenómeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contacto directo com a situação estudada

Assim, escolheu-se este método pois pretendemos compreender o enquadramento das crianças que pratica as actividades informais a nível da cidade de Maputo, não só, a pesquisa qualitativa permite por um lado estudar com profundidade as causas e as consequências do trabalho infantil na perspectiva do contexto urbano, por outro lado, é que na investigação feita à luz destes, observou-se todos os procedimentos envolvidos para a compreensão das práticas do trabalho infantil em Moçambique.

3.2. Tipo de Pesquisa

No presente trabalho foi utilizada a pesquisa-acção. De acordo com Gil (2008), a pesquisa-acção é aquela que é utilizada para a identificação de problemas relevantes dentro da situação pesquisada bem como definir um plano de intervenção com vista a resolução e acompanhamento dos resultados obtidos.

A pesquisa-acção pressupõe uma participação e envolvimento do grupo alvo no problema a ser investigado; recorre a uma metodologia sistemática no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso dos elementos envolvidos na pesquisa, implicando o desenvolvimento de acções concretas (Gil, 2008). Por assim dizer, o envolvimento do grupo-alvo mediante o trabalho foi bastante útil pois permitiu a sistematizar as realidades observadas no terreno da pesquisa.

A pesquisa-acção se concretizou em contexto que o investigador procurou identificar problemas relativos ao trabalho infantil no Distrito Municipal de Nihamankulu. Os problemas relacionados a desistência escolar das crianças, insalubridade, fraca imunidade, agregados chefiados por crianças, exploração infantil, entre outros. Portanto acredita-se que a pesquisa-acção pode-se trazer aspectos relevantes a sistematização e explicação das questões sociais de modo a efectuar um plano de intervenção para as crianças que se encontram em situação do risco, vulnerabilidade, pauperismo e mendicidade.

A pesquisa-acção está inteiramente ligada com o tema das crianças que vivem em condições do trabalho infantil na cidade de Maputo, pois para a compreensão desta questão social permite o envolvimento total entre os pesquisadores e os participantes representantes do problema, neste caso as crianças, as instituições que tem vindo a materializar acções de intervenção, a família, os vizinhos, os Assistentes Sociais, a comunidade, e a sociedade no geral (Gil, 2008).

A pesquisa-acção vai fundamentar a base empírica do trabalho infantil que é concebida e realizada em estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema colectivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Lakatos, 2012).

3.3. Quanto ao Objectivo

O presente trabalho é de estudo exploratório. A pesquisa exploratória tem como preocupação central identificar os factores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenómenos (Lakatos, 2012). Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isso não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possa obter explicações científicas (Lakatos, 2012).

Com o tema do trabalho infantil, a aplicação deste método reveste-se de muitas facilidades, razão pela qual se recorre também a outros métodos, sobretudo ao observacional dentro do campo da pesquisa. Essas pesquisas sempre se tornam possíveis a realização de estudos rigidamente explicativos em ciências sociais, mas em algumas áreas, sobretudo no Serviço Social, as pesquisas revestem-se de elevado grau de controlo, chegando mesmo a ser chamadas de pesquisas interventivas.

3.4. População e Amostra

A população é um seguimento ou um total de seres que apresentam uma característica em comum (Marconi e Lakatos, 2011). A amostra pode ser definida como uma parte da população em estudo (Bergamachi et al., 2010). O objectivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas dos beneficiários que fizeram parte da pesquisa: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Lakatos 2013, p. 34). Segundo Gil (2010), amostra é um subconjunto ou frações de certas populações ou um universo que serve para estabelecer resultados onde se estima algo.

O universo populacional consistiu em todas as crianças residentes no bairro de Xipamanine que se encontravam a realizar alguma actividade económica no mesmo mercado. De acordo com a Direcção Administrativa do Distrito Urbano de Nihamankulu (2022), mais de 450 crianças residentes no bairro de Xipamanine, praticam o trabalho infantil naquele mercado. Entretanto, a amostra do trabalho foi composta por 20 crianças sendo 15 do sexo masculino e 5 do sexo

feminino com idades compreendidas entre os 10 aos 14 anos de idade, residentes no bairro de Xipamanine do Distrito Municipal Kalhamankulu e que quaisquer estavam a realizar tipos de actividade económica no mercado Xipamanine.

3.4.1. Processo de Amostragem

O método de amostragem utilizado no trabalho foi a não probabilística, uma vez que nem toda população teve a oportunidade de fazer parte do trabalho. Este método de amostragem permite proceder ao tratamento estatístico, que possibilita compensar erros de amostragem, e outros aspectos relevantes de representatividade e significância da amostra (Lakatos & Markon, 2005, p. 224). Todavia, pautou-se pela escolha da amostra porque possibilita a recolha de informações mais credíveis, prováveis e em tempo real. Desta forma, através do número concreto da amostra viabilizará uma análise crítica dos dados para melhor compreensão, interpretação, exploração e explicação da problemática da situação do trabalho infantil na cidade de Maputo.

Assim sendo, de acordo com Direcção Administrativa do Distrito Urbano de Nihamankulu (2022), mais de 450 crianças residentes no bairro de Xipamanine, praticam o trabalho infantil naquele mercado. Entretanto, a população total do presente trabalho é de 450 crianças que praticam o trabalho infantil no mercado Xipamanine e amostra é composta por 20 crianças sendo 15 do sexo masculino e 5 do sexo feminino com idades compreendidas entre os 10 e 14 anos, residentes no bairro de Xipamanine do Distrito Municipal Kalhamankulu. Optou-se também pela selecção da amostra pois o grupo-alvo ofereceu-se a participar na entrevista feita pelo pesquisador. A selecção de amostra foi feita a medida em que as crianças deram a possibilidade de o pesquisador colher dados relativos as práticas do trabalho infantil em suas vidas. Não só, escolha da amostra foi devido a disponibilidade do grupo alvo

3.5. Instrumentos de Recolha de Dados

O presente trabalho recorreu as técnicas de entrevista semi-estruturada e observação directa. De acordo com Favero (2013), a entrevista semi-estruturada é um acto, que reúne duas ou mais pessoas, com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; é um momento de escuta, ouvir é uma actividade activa do/a Assistente Social, não é um mero receber informações do utente e vai muito além de um bate - papo. Ao ouvir atentamente, o

profissional irá concomitantemente elencando possíveis situações. Para intervir nas questões/demandas postas pelo entrevistado.

Antes de iniciar o procedimento de entrevista, o/a assistente social, deverá organizar o espaço/local onde a mesma ocorrerá, os documentos que necessitará (formulários, caneta...), tomar o devido cuidado com o sigilo do momento (fechar a porta, por exemplo), adequar o local onde se dará a entrevista aos preceitos éticos, teóricos e metodológicos que norteiam a profissão (Favero, 2013).

A utilização da entrevista semi-estruturada se concretizou em uma abordagem dos sujeitos (individual, grupal, por telefone, pessoalmente, por escrito/ guião de entrevista, eletronicamente.) bem como a utilização das reuniões, grupos, assembleias, encaminhamentos, visitas domiciliares, estudo, relatórios, pareceres dentro do campo de pesquisa. Portanto acredita-se que esses instrumentos do Serviço Social objectivam efectivar a acção profissional na intervenção da realidade. Esta acção visa sempre melhorar as condições dos usuários (crianças que praticam o trabalho infantil) que apresentam vulnerabilidade, risco social, enfim as crianças de mandatários das políticas públicas e dos serviços sociais.

A entrevista se procedeu quando se estabeleceu o contacto directo com as crianças que praticavam a actividade dentro do mercado, portanto, essas crianças são oriundas do mesmo bairro. De salientar que o processo de entrevista foram usadas as perguntas abertas e fechadas com vista a perceber e aprofundar sobre as principais causas que influenciam nas piores práticas do trabalho infantil. Segundo Gil (2010), a observação directa é uma técnica muito utilizada, mas pouco entendida como tal. Ela pode ser traduzida em: ouvir com atenção, não fazer pré-julgamentos e/ou discriminação. Envolve atitudes de perceber, tomar conhecimento de uma situação/demanda ou acontecimento que possa ajudar a explicar ou a compreender a realidade dos sujeitos/usuários com o qual o profissional está intervindo.

A técnica de observação directa se procedeu quando se estabeleceu o contacto directo com o grupo-alvo dentro do campo da investigação. Estabelecido o contacto directo com as crianças, verificou-se que muita delas tem o desejo de frequentar a escola e participar activamente no processo estudantil. Nesta senda, observou-se que os pais e encarregado de educação das

crianças não tem conhecimento sobre os riscos que as crianças ao frequentarem nos mercados sem cuidado dos mais velhos ou sem nenhuma protecção.

A técnica de observação directa se materializou em contexto que os participantes da pesquisa decidiram participar mediante um esclarecimento prévio dos objectivos da pesquisa e sobre a natureza das perguntas que foram colocados, assim como a forma como serão armazenados os dados (gravações) e as pessoas que terão acesso dos mesmos.

3.6. Validade e Fiabilidade dos Resultados

No processo de Validade e Fiabilidade o pesquisador deverá apresentar a credencial, passada pela estrutura do bairro, conferindo-lhe poderes para contactar o grupo-alvo e um questionário orientador para a colecta de dados específicos de forma clara no local. Por outro lado, será necessário averiguar a fiabilidade dos dados, que significa precisão do método de medição, podendo ser averiguada através da análise da consistência ou estabilidade desse método.

Para Gil (2012), a validade é a capacidade de uma medida para produzir os efeitos esperados. Assim, uma medida é considerada válida quando mede realmente o que se pretende medir. Pois assim para o trabalho foi utilizada a validade externa, interna, e validade de constructo, que permitiu olhar de uma forma aprofundada na questão do trabalho infantil.

Para Gil (2012), a validade é a capacidade de uma medida para produzir os efeitos esperados. Assim, uma medida é considerada válida quando mede realmente o que se pretende medir. Pois assim o trabalho foi utilizado a validade no contexto em que se produziu os efeitos esperados sobre as crianças que vivem em situação do trabalho infantil na cidade de Maputo.

O guião de entrevista foi elaborado pelo investigador com intuito de perceber sobre as reais causas do trabalho infantil no mercado de Xipamanine. De referir que as perguntas estabelecidas no guião de entrevista foram as perguntas abertas. Após feita o pré teste de análise aos conteúdos da entrevista, foi feita a entrevista a crianças que se encontram a praticar o trabalho infantil naquele mercado.

3.7. Aspectos éticos da Pesquisa

Relativamente à sensibilidade do investigador é importante referir que todas entrevistas foram documentadas em um diário de campo, e ficou anotado que nenhum nome dos participantes da pesquisa entrevistadas seria exposto, portanto, todos os nomes que foram usados nos trechos de algumas entrevistas são fictícios, porque achou-se que ao colocar-se os seus verdadeiros nomes, iria-se expor a sua vida privada para o público. Também foi feito a questão o consentimento do informado na medida em que observou e deu-se todos os parâmetros relativos aos entrevistados. Nesta senda, é imprescindível realçar que todos os dados colectados nas entrevistas, e observação directa, foram usados, apenas para fins académicos, e, concomitantemente, salvaguardou-se os direitos dos informantes e garantidos a sua privacidade, confidencialidade e anonimato.

3.8. Constrangimentos da Pesquisa

O primeiro constrangimento encontrado na elaboração do trabalho está relacionado com a busca de artigos e manuais relativos ao tema do trabalho infantil na cidade de Maputo tendo em conta que o tema é muito abordado nas áreas de Antropologia e Sociologia. Sendo assim, teve-se enormes dificuldades de se encontrar conteúdos relativo ao tema do trabalho infantil na cidade de Maputo. No que concerne aos problemas encontrados no local da pesquisa está ligada a obtenção da credencial na Universidade Eduardo Mondlane para a recolha de dados no mercado de Xipamanine. Durante o processo de obtenção da credencial, a faculdade teve que demorar 20 dias para disponibilização do credencial.

Todo esse processo influenciou de forma negativa no atraso do trabalho, pois tinha-se o desejo de submeter a monografia no departamento de sociologia com mais urgência. Mas com o atraso da obtenção da credencial teve essas dificuldades. De seguida, os líderes do bairro Xipamanine exigiram a credencial para o estabelecimento do contacto directo com o grupo-alvo de modo que a recolha de dados no mercado fosse mais eficaz, rápida, sistemática, legal e segura. A questão das finanças para impressão do guião de entrevistas e transportes para a deslocação na instituição foram dificuldades encontradas durante a recolha de dados.

Essas questões de finanças e impressão do guião de entrevista, influenciou de forma positiva no alcance dos objectivos do trabalho, pós através de guião de entrevista foi possível colectar todos os dados relativos ao trabalho infantil no mercado de Xipamanine no período de 2020 a 2021.

3.9. Local do Estudo

O mercado do Xipamanine, localizado na Cidade de Maputo, no Distrito Municipal Kalhamankulu, no Bairro com o mesmo nome, teve origem na década de 1940 e encontra-se dividido em duas partes. A primeira é composta por barracas e bancas que estão sob controlo da direcção do mercado, constituídas principalmente pelo sector de venda de produtos alimentares, utensílios de cozinha, cosméticos, secção de medicina tradicional e a outra, está sob controlo partilhado, entre a direcção do mercado e a comissão de vendedores representada pela ASSOTSI (Associação dos Trabalhadores do Sector Informal). O acesso a barracas geridas pelos proprietários pode ser feito através da compra ou arrendamento. Nesta área são encontradas bancas de roupa nova e usada, produtos alimentares, talhos informais, de confecção de alimentos, electrodomésticos, carvão vegetal, entre outros (CMCM, 2017)¹.

A parte informal do mercado do Xipamanine, de gestão partilhada entre a Direcção do Mercado e a Comissão de vendedores possui 7.724 vendedores 13, estes encontram-se inscritos como associados da ASSOTSI e possuem um cartão de identificação. Como associados, existem benefícios, dentre os quais, o acesso a crédito bancário, apoio em situação de óbito de familiares, entre outros aspectos.

O Mercado do Xipamanine, como o descrito no Jornal Noticias15², tem disponível uma diversidade de produtos para venda, desde produtos alimentares, sua confecção, incluindo talhos informais, com espaços para abrigo de animais para abate, até a vendas de Vestuário e produtos de medicina tradicional, passando pela prestação de serviços de estética, reprodução de discos de músicas e filmes, entre outros, podendo por isso ser considerado um espaço multifuncional onde podem ser adquiridos tanto produtos como serviços.

Apesar de se encontrar junto a Administração do Distrito Municipal Kalhamankulu, este mercado apresenta um saneamento deficitário. O mercado possui apenas quatro casas de banho

¹ Conselho Municipal da Cidade de Maputo (2017)

² Jornal Notícias, 12 de Março de 2015: A teia do dinheiro no Xipamanine

para seus milhares de utentes, não existindo qualquer sistema de drenagem o que o torna no período chuvoso um autêntico atentado a saúde pública, embora, devido a recentes obras no sistema de drenagem adjacente ao mesmo, tal condição tenha sido reduzida (CMCM, 2017).

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo pretende-se fazer a apresentação, análise e a interpretação dos dados colectados no contacto que se teve com as crianças que praticavam a actividade informal no mercado Xipamanine.

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Nesta secção apresenta-se o perfil sociodemográfico dos entrevistados, entretanto, participaram desta entrevista cerca de 20 crianças residentes no bairro de Xipamanine tendo como variáveis: idade, sexo, nível de escolaridade e local da residência. Dentre as entrevistadas, 15 crianças são do sexo masculino e 5 do sexo feminino. No que concerne a nível da escolaridade, 14 crianças são analfabetas, 5 estão na 5ª classe e 1 criança esta na 7ª classe do ensino primário. Em relação ao local da residência, 15 crianças vivem no quarteirão 33, 2 crianças vivem no quarteirão 35 do bairro de Xipamanine e 3 crianças vivem no quarteirão 42 do mesmo bairro. De salientar que foram nesses quarteirões onde se fez as visitas domiciliárias acompanhadas pelo líder do bairro, pais e encarregados de educação.

De acordo o Boletim da República, resolução nº 84/2002/14 de Novembro, no seu Artigo 12 da Lei nº 2/2002, a família é a base essencial da sociedade e deve providenciar condições mínimas para o bem-estar social das crianças como um dos princípios fundamentais do ser humano. Assim, a convivência familiar deve atender às necessidades das crianças, deste modo, cabe aos membros, parentes, providenciar o cuidado, o carinho, o amor e a assistência essencial para o bem-estar delas.

De acordo com a Lei nº 3/2014 de 5 de Fevereiro, referente à Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças, o Estado deve implementar as políticas de providência a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, o Estado deve assegurar as suas necessidades básicas, nomeadamente: a) Crianças em situação de desistência escolar; b) Crianças em situação difícil e carência; c) Crianças em situação de fome, e desnutrição crónica; d) Crianças portadoras de deficiência e de mendicidade; e) Crianças com doenças crónicas e degenerativa.

4.2. Factores que Contribuem para o Trabalho Infantil

São inúmeras pesquisas realizadas para descrever e entender o que leva as crianças a se inserirem no mercado do trabalho, quando estas têm a opção do estudo. Tais pesquisas têm apontado diversas razões que levam esse segmento a adentrarem na população economicamente activa antes da idade permitida por lei. Mas, quase que unanimemente, a exploração da pobreza, resultado de uma má distribuição de renda, tem sido apontada como o principal determinante da oferta de trabalho infantil (Gonçalves, 2017).

A pobreza é, sem dúvida, a base do processo de exploração da criança, principalmente em trabalhos perigosos e debilitantes. O baixo nível de rendimentos de muitas famílias, insuficientes para sua própria sobrevivência, constitui-se em forte factor indutor da alocação do tempo da criança no trabalho, que poderia ser, alternativamente, distribuído entre o lazer, a escola e o repouso (Gonçalves, 2017, p. 8).

Embora, muitos autores defendam que o trabalho infantil tem como origem a pobreza, alguns outros, a exemplo de Barros (2015), Carvalho (2011) e Teixeira (2010), apresentam uma visão crítica a respeito desse argumento. Para eles, trabalho infantil é um fenómeno complexo e multidimensional e, por isso, enxergar apenas na pobreza as raízes do trabalho infantil constitui uma visão simplista da realidade que, por sua vez, esconde factores relevantes para o entendimento desse problema social, dificultando assim o direccionamento eficiente das políticas públicas voltadas para seu combate. Segundo esses críticos, vários outros elementos podem ser apontados como causas do trabalho infantil, dentre eles, merecem destaque: deficiência da educação; acesso limitado à informação, saúde, habitação, segurança e nível de renda; legislação e fiscalização ineficientes; estrutura familiar; restrições impostas pela tradição, dentre outros.

Ao exemplo disso, o pesquisador entrevistou às crianças que estavam em actividade informal no mercado Xipamanine, quais eram as causas de praticar o trabalho infantil? E as respostas foram descrevidas em dados a seguir.

“A principal causa que me faz vender aqui no mercado é para ajudar os meus avôs nas despesas da casa” (Criança de 10 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 33, 15/10/2022).

“A causa principal que leva-me a vender no mercado é para ajudar os meus avôs. Meus pais faleceram. Desde então vivo com os meus avôs, eles não trabalham, como forma de ajudar na renda da casa, tenho vendido amendoins, água, e bolachas para ajuda-los”.

Na mesma senda de entrevista, pode-se também entrevistar as crianças que se encontravam a vender pequenos produtos alimentares. O pesquisador perguntou qual era o motivo de praticarem a actividade informal no mercado? A resposta das entrevistadas foi a seguinte:

“O motivo que levou-me a vender no mercado é para ajudar os meus pais a pagar a casa onde estamos alugar, e na alimentação” (Criança de 12 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 42, 15/10/2022).

“Moro com a minha mãe, meus irmãos, e o meu padrasto, a minha mãe não trabalha, e o meu padrasto é carpinteiro. Ultimamente temos enfrentado diversas dificuldades na alimentação, propinas para escola, e renda da casa. Como forma de ajuda-los, tenho vendido biscoites, refrigerantes. Antes vendia na Baixa, vendi lá quase dois anos. Para eu começar a vender aqui, foram os meus vizinhos e os meus pais que disseram-me para vender perto de casa. Disseram que aqui as pessoas compram muito, principalmente pessoas que saem dos chapas ou que estão a subir chapas e, que se eu viesse ia vender muito. Desde então, vendo aqui perto de casa”.

“Tenho vendido aqui no mercado porque não tenho onde viver, e os meus tios me obrigam a vender” (Criança de 14 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 33, 15/10/2022).

“Antes vivia em Gaza com os meus irmãos, meus tios chamaram-me para poder estudar aqui em Maputo. Chegado cá, eles não me matricularam, pressionei a eles de modo a me matricular, mas não tive sucesso, porém, disseram que não tem dinheiro, e para poder estudar tinha que vender no mercado. Desde então, estou a vender aqui no mercado. O único problema que enfrento é só andar. Não é fácil ter que andar em todo lugar a procura de pessoas para comprarem. Às vezes correr atrás dos chapas para ver se compram alguma coisa. É muito difícil. Quando eu reclamo para meus tios, eles dizem que quando eu cansar devo procurar um lugar para descansar um pouco enquanto como alguma coisa. Espero um dia que as coisas melhorem”.

Fernandes e Mendonça (2014) admitem que a acessibilidade, a qualidade e os custos da educação são factores a serem considerados na decisão familiar ou individual entre escola e trabalho, em especial para as crianças. Segundo os autores, elevados índices de repetência, como consequência de um ensino de má qualidade, terminam pelo fracasso escolar, restando-lhe apenas a alternativa do trabalho. O que também responde pela desistência escolar, empurrando crianças e adolescentes para o risco de exploração no mundo do trabalho, é muitas vezes a dissociação do conteúdo e da metodologia de ensino com a realidade dos alunos.

Ao passo disso, o pesquisador entrevistou as crianças que estavam dispostas a declarar os acontecimentos vividos por eles na família. Quais são as causas que lhe levaram a prática da actividade informal no mercado? A resposta da entrevistada foi a seguinte?

“Para mim vender traz dinheiro e ajuda a pagar propinas da escola” (Criança de 13 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 42, 15/10/2022).

“Antes estudava na escola primária de Xipamanine, estudava la com meus irmãos e minhas primas. Quando passei para 7ª classe, a minha mãe não tinha dinheiro para comprar cadernos, pastas, e outros materiais para estudar, acabei desistindo da escola. Fiquei um ano sem estudar. Minha mãe começou a fazer negócios para ajudar-nos nas despesas escolares. Esse ano voltei a estudar e ao mesmo tempo tenho vendido aqui no mercado. Mas eu não gosto de vender! Só vendo porque minha família diz para eu vender, e que isto é bom! Eu gosto mais de ir a escola, fazer outros trabalhos em casa e acho que todas as crianças deveriam ir a escola e não estar a vender”.

“Tenho vendido porque minha família não trabalha, e não tem dinheiro para eu continuar a estudar” (Criança de 13 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 35, 15/10/2022).

“Ultimamente na minha família passamos por muitas necessitadas como alimentação, e renda da casa. Meus irmãos desistiram de estudar, apenas eu que estou estudando. Eu não gosto de vender, as vezes tenho perdido as aulas por causa de vender. Tenho sonho de ser professor, mais não tenho opção a não ser vender para ajudar os meus pais. Uma vez fiquei toda semana a vender, sem poder ir a escola, isso prejudicou-me muito”.

As questões culturais são apontada também como um dos factores que influem na prática do trabalho infantil em Moçambique. Em zonas ruais e urbanas é comum que a criança nasça já a trabalhar. Ou seja, a criança é educada desde os seus primeiros anos de vida, a trabalhar para a família. Todavia, à medida que a criança vai crescendo, é inculcada nela o espírito do trabalho para ajudar os pais, isto é, estes sempre esperam que os seus filhos sejam a sua principal fonte de sustento. A forte convicção de que os filhos são a riqueza dos pais ou da família, é interpretada como fonte segura de sustento principalmente numa situação em que os pais já não conseguem encontrar esse sustento por si próprios (Silva, 2010).

A maioria das crianças afirmaram ter começado a actividade informal por influência dos seus pais e encarregados de educação, e que os mesmos foram incumbidas a trabalhar para gerar renda na família conforme mostra nas declarações a seguir.

“Estou a vender porque os meus pais disseram-me que devo trabalhar para ajudar a família” (Criança de 10 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 35, 15/10/2022).

“Os meus pais me educaram a trabalhar desde aos meus oito anos, sempre que acordava nas manhãs, eles me incentivavam a fazer alguma coisa em casa, lavar pratos, buscar água, aprender a cozinhar, varrer dentro da casa, e arrumar o meu quarto. Quando completei 9 anos, comecei a vender no mercado com as minhas primas, no princípio tive medo de me perder, porque o mercado é grande e está cheios de malfeitores. Desde lá, acho que já me costumei. Hoje estou aqui por incentivo deles, por mim estaria em casa a estudar e brincar com as minhas amigas. Mas não posso porque tenho que vender e ajudar a minha família”.

“Tenho vendido porque os meus tios educaram-me a trabalhar” (Criança de 13 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 35, 15/10/2022).

“Os meus tios quando trouxeram-me de Inhambane educaram-me a trabalhar porque estava fora de casa. Disseram-me que no Maputo sobrevive quem trabalha. Desde então, quando amanhece tenho estado no mercado a vender. Mesmo nos dias de chuva, ou calor, eles não se importam, o que querem é só eu trazer dinheiro em casa. Uma vez fiquei mal de malária, fomos ao hospital, chegado lá, aconselharam-me a não fazer trabalhos fortes. Fiquei uma semana em casa. Logo que melhorei, eles me deram produtos para poder vender”.

4.3. As Consequências do Trabalho Infantil

De acordo com Fernandes (2014, p. 45), a inserção precoce da criança no mercado de trabalho traz consequências nocivas a sua formação, afectando o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos. Essa categoria de trabalho provoca danos de carácter físico, psíquico, moral, social e intelectuais das crenças. No aspecto físico, ocorrerá em maior escala naquelas que exercem o trabalho manual/braçal, como por exemplo no trabalho doméstico, agricultura, nas vendas informais, etc., as crianças podem vir a sofrer inúmeras lesões, doenças e até mesmo deformidades físicas, como nos casos em que as mesmas são obrigadas a carregar pesos excessivos, muito além daqueles que seu corpo frágil é capaz de suportar.

Nesta senda, pode-se entrevistar as crianças que praticavam a actividade informal no mercado Xipamanine. Quais eram os efeitos de vender no mercado? A resposta das entrevista foi a seguinte!

“Por causa de carregar balde de biscoites e água, passo muito mal nas noites” (Criança de 11 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 33, 15/10/2022).

“Passo muito mal nas noites devido o peso dos baldes que carrego. Nas noites, não consigo dormir, minhas costelas doem muito! Uma vez fiquei doente por muito tempo, talvez foi por causa do peso. Eu e a minha tia fomos ao hospital, chegado la. Os médicos nos alertaram ao não fazer trabalhos esforçados. Mais mesmo assim a minha tia não deixa. Por isso venho vender num lugar fixo e sentado para evitar as dores nas noites”.

“Quando vendo nos dias de chuvas apanho constipação” (Criança de 10 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 35, 15/10/2022).

“Nos dias de chuva padeço muito mal de constipação, por isso não trabalho mais meus tios não me deixam ficar em casa. Me esforço para poder vir trabalhar. Nas noites passo mal de malária e constipação, como bem sabemos que no mercado tem muita lixeira e pequenos objectos cortantes. Devido a exposição, passo mal. Quando caminho pela lixeira, imediatamente fico constipada. Não só, uma vez quando vendia nos chapas, um

dos passageiros me empurrou, cai, e quebrei a perna. De seguida, os meus vizinhos e amigos levaram-me ao hospital”.

No ponto de vista educacional, o que é notório o maior número de crianças repetentes é maior para àquelas que trabalham, bem como não é difícil ver estas crianças abandonando a escola. O labor precoce intervém de forma negativa na formação escolar das crianças, ainda mais para àqueles com dificuldades financeiras, de modo que as crianças originárias de famílias pobres têm tendência a trabalhar mais, e, por corolário lógico, estudar menos, o que compromete directamente sua formação e respectiva dignidade. Ou seja, o trabalho infantil priva a oportunidade das crianças frequentarem a escola; obrigando-as a abandonar prematuramente a escola; ou obrigando-as a tentar conjugar os estudos com uma carga de trabalho excessiva (Fernandes, 2014).

Lista linha de pensamento, entrevistou-se uma das crianças que faziam parte da amostra. O entrevistador questionou o seguinte. Quais eram as implicações de praticar a actividade informal no mercado? A resposta da entrevista foi a seguinte!

“Não estudo, porque os meus avós não tem dinheiro para pagar na escola” (Criança de 11 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 42, 15/10/2022).

“Sempre quis estudar, mais os meus avos não tem dinheiro para poder pagar na escola. Quando crescer, tenho sonho de ser jornalista, para pode ajudar os meus primos e as minhas irmãs! Por isso eu penso em estudar para me formar e melhorar a minha vida e da minha família. Acredito um dia que irei estudar”.

“Não tenho tempo de estudar, porque sempre estou a vender” (Criança de 13 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão nº 42, 15/10/2022).

“Todos os dias tenho estado aqui a vender, até os finais de semana, entro das 6 horas até 18 horas. Por isso não tenho tempo de estudar. Uma vez tentei conversar com a minha madrasta para ela poder me matricular na escola primária de Xipamanine ela disse que não tem dinheiro. Mais mesmo assim, continuo a trabalhar para um dia poder estudar. La em casa também não esta nada fácil, sempre passamos mal sem alimentação, energia. Mais quando vendemos. Conseguimos algo para comer”.

A partir das declarações acima, pode se dizer que as crianças residentes no bairro de Xipamanine, vendedores informais, passam por diversas necessidades tais como: a alimentação, o cuidado, a assistência social, a assistência médica e medicamentosa, o afecto familiar, entre outras. Por meio de dados alcançados, pode-se observar que a prática do trabalho infantil traz inúmeras consequências, como pode prejudicar a saúde e o desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças.

Verifica-se também, que a maior parte das crianças que vendem no mercado, são obrigadas pelos seus próprios famílias a aderirem nessa actividade sem o seu consentimento, muitas delas, praticam esta actividade para dar suporte ao meio da sobrevivência. No entanto, através das entrevistas feitas no campo da pesquisa, constatou-se que as crianças exploradas no trabalho informal são, também, provenientes não só das próprias famílias mas também de famílias próximas ou mesmo recrutadas para o efeito, em troca de favores, como por exemplo o acesso a melhores condições de vida que inclui educação, alimentação, vestuário e tecto condigno.

Entretanto, a pobreza tem sido apontada como uma das principais causas do trabalho infantil doméstico em Moçambique e particular na cidade de Maputo. Isto explica-se pelo facto de boa parte desse trabalho doméstico ser feito no mercado de Xipamanine, a partir de casa. Ou seja, as crianças que "enchem" nos mercados de Xipamanine a vender produtos alimentares e outros, começam a ser exploradas pelos "seus patrões, famílias" dentro das casas onde vivem, muitas trazidas de outros locais com o único propósito de serem usadas ou exploradas para o efeito.

Através das observâncias feitas, constatou-se que as crianças possuem sonhos e expectativas em relação a sua vida futura. A maioria das crianças que não frequentam a escola sonha em se formar no futuro em áreas profissionais como a docência, jornalista, entre outros. Estes participantes consideram que com estas profissões podem ajudar os outros e também melhorar a sua condição de vida e de seus pais, como mostram os depoimentos acima referenciado. Através das asserções feitas comprovou-se que apesar das dificuldades económicas enfrentadas pelas crianças no seu dia-a-dia, elas ainda olham para o futuro com uma visão positiva. Para estas crianças, as actividades económicas informais e a escola constituem os meios seguros para atingirem os seus objectivos.

4.4. Violação dos Direitos da Criança

A Convenção dos Direitos da Criança é um instrumento que enuncia um conjunto de direitos fundamentais de todas as crianças de mundo e assenta em quatro pilares fundamentais: (1) a não discriminação; (2) o interesse superior da criança; (3) a sobrevivência e desenvolvimento, e (4) direito à opinião.³

Artigo 19

Os Estados Partes adaptarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra toda a forma de prejuízo ou abuso físico ou mental, de descuido ou tratamento negligente, de maus-tratos ou exploração, incluindo o abuso sexual, enquanto se encontrar a guarda dos seus pais, de representante legal ou de qualquer outra pessoa que a tenha a seu cargo.

Artigo 34

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Para tal, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas necessárias, nos planos nacional, bilateral e multilateral, para impedir:

- a) Que uma criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma actividade laboral ilícita;
- b) A exploração de crianças na prostituição ou noutras práticas sexuais ilícitas;
- c) A exploração de crianças em qualquer forma do trabalho infantil

Artigo 35

Insta os Estados Partes a tomarem todas as medidas de carácter nacional, bilateral ou multilaterais necessárias para impedir as piores formas de trabalho infantil independentemente da sua finalidade e forma de ocorrência. (Issa, Abdul Carimo, 2008). No **Artigo 36** estabelecidos na Constituição da República, toda criança tem o direito a educação, a saúde, a lazer, a um nome, a família, a uma alimentação, a um abrigo condigno, a protecção.

Entretanto, esses direitos da criança são violados sob ponto de vista familiar, institucional, e governamental por parte de Estado. A minoria das crianças residentes no bairro de Xipamanine,

³ Ver Nair Tales & Baltazar Muianga (2016). Prevenção do Crime e da Violência. Maputo

são educados e forçados a ingressar na actividade laboral naquele mesmo ponto, com o objetivo de ajudar financeiramente a renda familiar em suas famílias. Os pais e encarregados de educação, não prestam uma maior assistência na protecção das mesas, apesar de existir fortes indícios dos efeitos do trabalho infantil, os mesmos incentivam as crianças para a mesma prática.

Sob ponto de vista estatal, o Estado não tem materializados as linhas de intervenção nas famílias protagonistas do trabalho infantil a nível do bairro de Xipamanine. Os programas desenvolvidos no sentido definir as prioridades, tais como, planeamento urbano e iniciativas de desenho de projectos que contemplem e garantam a segurança da criança não apresenta os resultados desejados. Outro aspecto é a promoção da inclusão social das crianças no sistema da educação, nota-se muitas falhas nas intervenções.

Por assim dizer, a maior parte das crianças alegam que são violados os seus direitos em suas famílias. Por serem incumbidas a ingressar na actividade laboral antes da idade adulta conforme mostra nas asserções a seguir.

“Não tenho tempo de brincar com as minhas amigas, e sempre sou obrigada a vender aqui no mercado” (Criança de 13 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão n° 33, 15/10/2022).

“Não tenho um tempo livre para passear e brincar com as minhas amigas, sempre estou a vender no mercado. Quando fico doente, dificilmente levam-me para ao hospital, uma vez fiquei uma semana doente, mas a minha tia não levou-me para ao hospital. Quando sai de Vilanculos para poder morar em Maputo, não espera que poderia estar a vender todos os dias. Por vezes, em casa não sou dado comida, e minha tia sempre prioriza os filhos dela, isso doe muito”.

“Não me deixam estudar” (Criança de 13 anos de idade, residente no bairro de Xipamanine, Quarteirão n° 35, 15/10/2022).

“A minha família não me deixam estudar, dizem que não tem dinheiro de matrícula, por sempre estou aqui a vender para conseguir dinheiro e ajuda-los nas despesas”.

4.5. Percepções do Trabalho Infantil entre os Pais e Encarregados de Educação

De acordo com Matos (2016), a maioria dos pais e encarregados de educação entendem que as actividades económicas que os seus filhos desempenhavam de um modo positivo, é como uma actividade “boa” para o desenvolvimento sócio-cultural da criança. Para eles as actividades económicas das crianças significavam ajuda aos pais, fonte de rendimento, forma de crescimento, responsabilidade social e sobretudo um instrumento de aprendizagem.

De acordo com Matos (2016), os pais possuem expectativas promissoras do futuro dos filhos. Eles afirmam que mesmo diante das dificuldades e desafios enfrentados no dia-a-dia, nunca deixam de querer que as crianças estudassem e se formassem na universidade. No entanto, segundo Matos (2016), em algumas comunidades rurais do país, os pais percebem que as crianças necessitam adquirir as práticas da vida e ingressarem em actividades laborais como a agricultura, a pastorícia, o artesanato, e a caça como alternativa de auto-sobrevivência.

Contudo, nas zonas urbanas, os pais acreditam que os seus filhos necessitam se adaptar com o mundo quotidiano misturado com o capitalismo, por isso, alguns pais e encarregados de educação incentivam os seus filhos a praticarem o trabalho infantil bem como a aderirem nos mercados informais para venda de pequenos produtos domésticos (Matos, 2016). Nesta senda, teve-se um contacto directo com alguns pais e encarregados de educação das crianças que exerciam a actividade laboral no mercado. Os mesmos alegaram o seguinte!

“Considero uma coisa boa, digo para ele ajudar a família. Costumo dizer para ele, se quer dinheiro é só levar estas coisas e vender! Eu sei que não devemos ocupar nossos filhos com estes trabalhos mas também sei que ele vai crescer a saber que para ter dinheiro tem que soar, trabalhar. Muitas crianças que têm tudo que querem sem se esforçar viram marginal” (Mãe, vendedora, 37 anos, residente o bairro de Xipamanine, bairro 33).

“ Não tenho problema em mandar meus filhos irem vender porque com a vida que vivemos hoje, e com o trabalho que é difícil..., é preciso ensinar os trabalhos as crianças para não sofrerem, não pedirem esmolas se eu não estiver mais aqui! Eles vão vender para se sustentar e isso para mim é um orgulho”. (Mãe, vendedora, 37 anos, residente o bairro de Xipamanine, bairro 42).

4.6. Medidas Preventivas a Prática do Trabalho Infantil

O Conselho de Ministros aprovou o Plano Nacional de Acção para o Combate das Piores Formas do Trabalho Infantil (2017-2022) que consiste numa série de intervenções destinadas a evitar que as crianças sejam vítimas da exploração laboral e das piores formas de trabalho infantil (PFTI), retirando e reabilitando-as, protegendo as crianças abaixo da idade mínima legal que trabalham, da exploração em trabalhos perigosos.⁴

As estratégias de prevenção incluem esforços para reforçar o quadro legal e a aplicação da legislação pertinente; melhorar o sistema de educação para tornar o sistema de ensino cada vez mais acessível, aumentando o rendimento familiar e sensibilizando a sociedade das consequências das PFTI. A reabilitação inclui a prestação de serviços de educação, saúde e aconselhamento, integração do género, para além da promoção da formação profissional para crianças retiradas do trabalho infantil (PANPFTI 2017-2022).

Como forma de combate ao trabalho infantil em Moçambique, o Plano Nacional de Acção e Combate Das Piores Formas do Trabalho Infantil (2017-2022) assenta em 3 principais eixos que vão assegurar a implementação de medidas e acções concretas para a prevenção e mitigação das piores formas do trabalho infantil.

- **Eixo 1:** Acesso à Educação e Formação Profissional;
- **Eixo 2:** Fortalecimento da capacidade de geração de renda das famílias afectadas pelas piores formas de trabalho infantil;
- **Eixo 3:** Sensibilização e Comunicação para Mudança de Comportamento.

4.6.1. Acesso à Educação e Formação Profissional

Tendo em conta que a maior parte das crianças entrevistadas alegam que não tem acesso a educação. O acesso e a qualidade da educação são factores muito importantes para a eliminação do trabalho infantil, pois determinam o valor atribuído à educação por parte dos pais no que tange ao desempenho e retenção das crianças na escola (Plano Nacional 2017-2022).

⁴ Ver Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil Em Moçambique (2017-2022), Aprovado na 31ª Sessão do Conselho de Ministros de 05 de Setembro de 2017. Maputo.

A criação e manutenção de um ambiente escolar seguro, atraente e amigável para que as crianças permaneçam nele, onde a participação das crianças deve constituir um elemento importante da estratégia e a formação dos professores em pré-serviço e em serviço deve ser reforçada para garantir a sensibilização dos professores sobre os efeitos negativos das piores formas do trabalho infantil. Para tal, dever-se-á identificar/mapear as casas, empresas, locais que possuem crianças envolvidas nas piores formas do trabalho infantil, incluindo as respectivas entidades patronais. Fortalecer as práticas de encaminhamento e resposta ao nível das escolas, comunidades, envolvendo as lideranças locais, chefes dos quarteirões, municípios, líderes comunitários, e linhas de denúncias (PANPFTI 2017-2022).

4.6.2. Fortalecimento de Renda das Famílias Afectadas pelo Trabalho Infantil

O desafio da geração de renda por parte das famílias agrava a vulnerabilidade das crianças ao trabalho infantil. Como estratégia, pode-se reduzir a dependência das famílias envolvidas nas Piores Formas de Trabalho Infantil pela implementação de medidas de empoderamento económico sustentável e integrado, dentro dos parâmetros do Programa Quinquenal do Governo através da promoção de programas de geração de rendimentos de substituição nas famílias afectadas, pela retirada dos seus filhos do trabalho, como um incentivo para eliminar o trabalho infantil (PANPFTI 2017-2022).

4.6.3. Sensibilização e Comunicação para Mudança de Comportamento

O aumento da consciencialização sobre as consequências do trabalho perigoso a todos os níveis e sobre a importância de investir na educação das crianças, como um elemento importante na redução e eventual eliminação do trabalho infantil. Portanto, nesse eixo deve-se executar as seguintes linhas de intervenções: Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação sobre o combate ao trabalho infantil que privilegie a comunicação em línguas locais e imagens ilustrativas, divulgar mensagens chave concernentes ao papel da sociedade no combate ao trabalho perigoso em mercados informais, e em diferentes bairros comerciais.⁵

⁵ PANPFTI (2017-2022). Aprovado na 31ª Sessão do Conselho de Ministros de 05 de Setembro de 2017. Maputo.

4.7. Implementação do Plano de Intervenção

Neste presente subcapítulo, serão apresentadas as actividades desenvolvidas pelo pesquisador no campo da pesquisa. No processo de intervenção, foram desenvolvidas as seguintes actividades: Encontro com os líderes dos bairros de Xipamanine, campanha e divulgação dos direitos da criança na família, visitas domiciliárias a crianças que praticam o trabalho infantil na família.

No dia 12/10/2022, foi realizada o encontro com os líderes do bairro Xipamanine, onde contou com a presença do pesquisador, pais e encarregados de educação. O encontro teve lugar no, Quarteirão 33 onde estavam presente, os chefes de quarteirões 33, 35, e 42. A mesma actividade tinha como objectivo:

- Apresentar um plano de intervenção direccionada a crianças que envolvidas ao trabalho infantil na família;
- Fortalecer as práticas de encaminhamento e resposta ao nível das escolas, comunidades, envolvendo os líderes locais, chefes dos quarteirões, e líderes comunitários e divulgar mensagens chave concernentes ao papel da sociedade no combate ao trabalho infantil.

Durante a sistematização da actividade, o líder do bairro alegou o seguinte:

“Nos como pais e encarregados de educação, temos o dever de cuidar dos nossos filhos, a prática do trabalho infantil deve acabar nesse bairro. Temos verificados muitas crianças nos mercados sem protecção, sem acompanhamento do seu irmão mais velho, ou da sua mãe. Pais, mães, peço imensamente que deixem os vossos filhos irem a escola, se não tem dinheiro de matrícula venham expor esse caso a estrutura de bairro, e poderemos ajudar. Queremos que os nossos filhos estudem e que amanhã seja doutores, médicos, e alguém de importância na sociedade”. (Líder do bairro de Xipamanine, quarteirão 33, 56 anos de idade, 12/10/2022).

Entretanto, a segunda actividade tinha como objectivo efectuar as campanhas e divulgações sobre os direitos das crianças, nomeadamente: direito a escola, direito a vida, direito a protecção, direito a família, direito a participação económica, e direito a um nome. A actividade consistia em criar um espaço saudável e divertido, na discussão sobre o combate a qualquer tipo de prática do trabalho infantil, no Distrito Urbano de Nlhamankulu.

Aumentar a consciencialização e mobilização das comunidades e do público em geral para a mudança de comportamento quanto ao envolvimento de crianças nas piores formas de trabalho infantil na família e no Distrito Urbano de Nihamankulu. No entanto, o líder do bairro Xipamanine, quarteirão 33 deixou algumas declarações durante a campanha e divulgação dos direitos da criança na família alegando:

“Devemos todos respeitar os direitos da criança, a criança tem o direito de estudar, direito a protecção, a assistência medica e medicamentosa, direito de brincar, e lazer. Nos como pais, não devemos privar a criança de estudar. Temos que lutar pela uma causa, acabar com essa prática do trabalho infantil aqui no bairro. Evitem trazer crianças de outras províncias para poder servir de babás, e empregadas domestica, se querem uma dona de casa procurem aqui na cidade de Maputo. Mais evitem trazer criança de longe para poder vir sofrer aqui. Vamos todos cuidar das nossas crianças. ”
(Líder do bairro de Xipamanine, quarteirão 33, 56 anos de idade, 13/10/2022).

Durante o percurso do trabalho fez-se a visita domiciliária nos quarteiros 33, 35 e 42, a visita tinha como o objectivo conhecer as dificuldades e problemas que as famílias dos menores enfrentam na sociedade, também a visita se deu no âmbito da interação com o grupo-alvo. Foi possível constatar que muitas crianças fazem esse trabalho para sustentar os seus familiares, avos, pais e mães. E maior parte delas passam por necessidades alimentares, educação, saneamento, sofrem de preconceito e exclusão nesses bairros onde se efectuou a visita domiciliária. No momento da entrevista, o líder do bairro argumentou o seguinte:

“Incentivo a todas famílias que visitamos a derem mais tempo os seus filhos na actividade escolar, os vossos filhos precisam de uma assistência directa da vossa parte, acompanhem a eles na escola. Nesse semestre vamos ajudar todas as famílias a matricularem seus filhos na escola primária. Quando chegar tempo de matrícula venham e vamos nas matrículas” (Líder do bairro de Xipamanine, quarteirão 33, 56 anos de idade, 14/10/2022).

Nos dias 15/10/2022, após o término das actividades foram feitas as entrevistas no mercado Xipamanine de modo a compreender as questões sociais que as crianças apresentavam.

4.8. Recomendações e Propostas de Melhorias

Tendo em conta as consequências que o trabalho infantil apresenta, o Estado em coordenação com entidades não-governamentais deveria implementar as estratégias direccionadas a famílias protagonistas do trabalho infantil na cidade de Maputo, em particular no bairro de Xipamanine. Essas estratégias devem estar ligadas a retirada, reabilitação e prevenção de crianças envolvidas em exploração do trabalho infantil.

As organizações não-governamentais em parceria com Estado devem realizar sessões de treinamento com destaque para líderes comunitários, professores, profissionais da saúde, polícias municipais e de trânsito, chefes dos sectores nas esquadras, média, inspectores do trabalho, membros dos Grupos de Referência Nacional de Protecção as Crianças e de Combate ao Tráfico de Pessoas e menores, para além das organizações da sociedade civil que lidam com assuntos da criança.

- Realizar campanhas de sensibilização nas comunidades utilizando diferentes meios de entre os quais workshops, seminários, campanha do Cartão Vermelho às piores práticas do trabalho infantil, reuniões com líderes comunitários e vários segmentos da sociedade civil com destaque para as confissões religiosas;
- Sensibilizar o sector privado a afixar placas e distribuir panfletos nos estabelecimentos, que versam o combate as piores formas do trabalho infantil;
- Assegurar a aprendizagem e protecção da criança, dos alunos em situações de trabalho infantil através da formação de professores do SNE;
- Incentivar as famílias a investir mais na educação de seus filhos para que as crianças permaneçam na escola até que atinjam a idade legal para o trabalho;

Nenhuma criança é sujeita a piores prática do trabalho infantil, ou a um tratamento negligente, discriminatório, violento, e cruel, nem ser objecto de qualquer forma de exploração ou opressão. Muito pelo contrário, toda criança tem o direito a protecção, educação, abrigo, assistência medica e medicamentosa, família e direito a um tempo livre para desempenhar as suas actividades (brincar com as amigas, primas, lazer, e fazer actividades escolares).

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a situação do trabalho infantil na cidade de Maputo: Estudo de Caso no Mercado de Xipamanine no período de 2020-2021. No decorrer do trabalho entendeu-se que trabalho infantil é toda a forma de trabalho exercida por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho conforme a legislação de cada país.

No trabalho foram alcançados os objectivos de identificar as perspectivas das crianças envolvidas no trabalho infantil na cidade de Maputo, estas perspetivas dizem respeito a maior parte das crianças considerarem que estas profissões podem prejudicar o seu futuro, pois muitas delas possuem sonhos e expectativas em relação a sua vida futura. A maioria das crianças que não frequentam a escola sonha em se formar no futuro em áreas profissionais como a docência, jornalismo e outros.

Entretanto, se concretizou o objectivo de analisar a influência dos factores socioeconómicos e culturais do trabalho infantil na cidade de Maputo, esse factor está relacionado com as culturas das comunidades rurais e na prática comum de que a criança deve trabalhar enquanto menor para ajudar na renda familiar. Ou seja, a criança é educada desde os seus primeiros anos de vida, a trabalhar para a família, por mais que esse “trabalho” não signifique, necessariamente, contribuição para aumentar a renda familiar.

De salientar, que foi alcançado o objectivo de apresentar as consequências do trabalho infantil na cidade de Maputo. Essas consequências consistem em prejudicar a saúde e o desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças, comprometendo a sua educação, privando-as da oportunidade de frequentar a escola; obrigando-as a abandonar prematuramente a escola; ou obrigando-as a tentar conjugar os estudos com uma carga de trabalho excessiva.

Nesta senda, foram confirmadas as hipóteses na medida em que se verificou o maior índice de crianças na cidade de Maputo, em particular no bairro de Xipamanine a praticarem o trabalho infantil por falta de rendimentos básicos para suprir as suas necessidades, devido a pobreza extrema, a orfandade, e assistência familiar.

Portanto, após a sistematização do presente trabalho, espera-se que o Estado, em coordenação com as organizações não-governamentais possam multiplicar acções de identificação dos principais focos da prostituição infantil nos bairros e comunidades. Efectuar palestras sobre os

valores culturais enfatizando a responsabilidade e da comunidade no bem-estar das crianças envolvidas em trabalho infantil, desenvolver e divulgar material de comunicação educativo e informativo sobre o trabalho infantil, reduzir a dependência das famílias envolvidas nas piores práticas do trabalho infantil na cidade de Maputo através da prestação de apoio às famílias vulneráveis para que possam gerar renda de substituição pela retirada dos seus filhos do trabalho infantil.

Sensibilizar os pais e encarregados de educação sobre os seus papéis e responsabilidades para manter as crianças nas escolas, estimular a prática das actividades físicas, desportivas e culturais nas escolas e comunidades como forma de prevenir que as crianças estejam envolvidas no consumo de álcool, drogas ilícitas, entre outros males e reforçar os serviços de saúde e de apoio psicossocial aos menores trabalhadores e as suas famílias.

No entanto, a teoria de Marxista ajudou no enquadramento teórico do presente trabalho pois visa compreender a realidade que se pretende pesquisar, pois com ela, pode-se entender que o capitalismo favorece os padrões de vida da minoria, obrigando e/ou permitindo assim que muitas famílias não tenha o acesso a qualidade de vida satisfatória, o emprego, a renda, a moradia, a alimentação, possibilitando assim a emergência da prática do trabalho infantil na sociedade (Nogueira, 2014, p. 40-50).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdul, C. I. (2028). Moçambique: Protecção Social no Contexto das Crianças da Rua. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). Protecção Social, Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique. Maputo. 3ª Edição.

Carvalho A. D. (2011) “Violência contra menores em Moçambique”- uma revisão da literatura, FDC, Maputo.

Da Silva, C. C. (2010). A Exploração de mão-de-obra infantil e do menor de 16 anos e a legislação do Brasil, Brasil - Paraíba. Edição 5ª.

Da Silva, R. A. (2010). “O trabalho escravo infantil no Brasil”: uma revisão da literatura, João Pessoa-PB, Brasil;

Dias, A. B. (2007). “O Trabalho da criança e do adolescente no Brasil”: análise dos aspectos jurídicos da sua permanência na média televisiva, Brasil.

Delgado e Muller (2005). Conceito da Criança segundo a OIT. São Paulo. 4ª Edição.

Francisco, A. & Sale, Á. M. (2013). “Agenda de desenvolvimento pós 2015- relatório do país” percepções e vozes de grupos e organizações moçambicanas, FDC, Moçambique.

Fernandes, A. & Paulo, M. (2006). Impacto do trabalho infantil em Moçambique, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique. Maputo: Centro de estudos Africanos.

Fernandes (2014, p. 45), Impacto do trabalho infantil em Maputo: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique. Maputo: Centro de estudos Africanos. 4ª Edição.

Faleiros, V. (2012). As perspetivas do Trabalho infantil. Rio de Janeiro; volume 4.

Favero, A, J. (2013). As técnicas de investigação científica para as ciências sociais. São Paulo. 2ª Edição.

Instituto Nacional de Estatística (2010). Dados de pesquisa sobre força de trabalho, Maputo.

Instituto Nacional de Estatística. (2017). Indicadores Sociodemográficos da cidade de Maputo. Maputo: INE.

Gil, A. C. (2012). Métodos e técnicas de coleta de dados em pesquisa social e em ciências sociais, 7ª edição, Atlas, São Paulo.

Gil, A. C. (2010) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5ª edição, Atlas, São Paulo.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social, 6ª edição, Atlas, São Paulo.

Guerra, E. L. A. (2014). Manual de pesquisa qualitativa, editora anima educação, Belo Horizonte.

Guerra, I. C. (2006). “Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo”: sentidos e formas de uso, 1ª edição, Principia, Portugal.

Governo de Moçambique. (2005). Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009.

Gonçalves, D. E. (2017). A pobreza absoluta para as crianças que praticam o trabalho infantil. Maputo. 4ª Edição.

Karl, M. (1885-1883). Mais-valia Absoluta e Relativa. In: O capital: crítica da economia política; Apresentação de Jacob Gorender: coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultura, Tomo II, cap. XIV, p.105-112;

Lei n.º 7/2008 De 9 de julho. Boletim da República n.º28 – I Série. Assembleia da República. Moçambique. (reforço dos mecanismos legais de promoção e protecção dos direitos da criança).

LEI DO TRABALHO 23/2007 de 1 de Agosto Boletim da República 31 - I série, Assembleia da República, Moçambique.

Lakatos, E. M. (2010). O trabalho temporário: nova forma de relações sociais no trabalho. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Volume 5. 11ª Edição.

Jornal Noticias. (2016, Setembro 10). INSS Inscreve Trabalhadores Informais. Maputo.

Marconi, M. A. (2010). A pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia

Minayo, G. C. (2012). Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, (Supl. 2).

Martins, J. S. (2010). A infância breve na sociedade indiferente. O Estado de São Paulo, 3 dezembro. Caderno Aliás, p. 14.

Martins, J. S. (2013), o trabalho infantil na infância. O Estado de São Paulo, Volume 5. 1ª Edição.

Matos, M. (2012). Trabalho infantil em Moçambique C., & R. A. Gonçalves (Coords.) 3ª edição. Maputo.

Matos (2016), Trabalho infantil em Contexto Urbano. Uma perspectiva Crítica. 5ªEdicao.

Mendonça & Fernandes (2012). Relações Sociais e Serviço Social e o trabalho infantil – Esboço de uma interpretação histórico metodológico. 14ª Edição. São Paulo.

MGCAS. (2019). Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis. República de Moçambique, Ministério da Mulher e da Acção Social. Maputo, Moçambique.

Marconi, M. D. & Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.SA.

Nair Tales & Baltazar Muianga (2016). Prevenção do Crime e da Violência. Maputo

Nogueira, M. A. (2013). Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Nogueira, M. A. (2014). Influência da Teoria Marxista em Trabalho Infantil. São Paulo: Cortez: 3ª Edição.

OIT-IPEC. Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012 / Bureau internacional do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) - Genebra: OIT, 2013.

Organização Internacional do Trabalho (2012). Estudos sobre a aplicação das convenções n.º 138 e 182 da OIT, suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP- Programa internacional para a eliminação do trabalho infantil (IPEC), Moçambique,

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Módulos de auto-aprendizagem sobre saúde e segurança no trabalho infantil e juvenil / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 152 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde), 2007.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2017-2022) Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil Em Moçambique. Aprovado na 31ª Sessão do Conselho de Ministros de 05 de Setembro de 2017. Maputo.

Thompson, E. P. (2010) O Trabalho Infantil e o dano à Saúde Mental. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª Edição.

Thompson, E. P. (2011). O Trabalho Infantil no Contexto Brasileiro Rio de Janeiro: Paz e Terra. 4ª Edição.

Unicef, MT. (2000). Child Labour Rapid Assessment Mozambique 1999/2000. UNICEF. Ministério do Trabalho. Maputo, Moçambique;

Vasconcelos, D. V. (2019). As piores práticas do Trabalho Infantil em Moçambique. 5ª Edição. Maputo.

APÊNDICES

Guião de Entrevista

Saudações Prezado/a morador/a do Bairro de Xipamanine. Meu nome é Mário Carlos Temele, estudante finalista do curso de licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Estou a realizar uma pesquisa no âmbito do trabalho de conclusão do curso, com o seguinte tema: Situação do trabalho infantil na cidade de Maputo: estudo de caso no mercado de Xipamanine no período de 2020-2021

Neste instante, estou a recolher dados neste bairro para a concretização da pesquisa, agradeço imensamente na colaboração e fornecimento dos dados, pois servirão apenas para fins académicos.

Desde já, agradeço aos pais e encarregados de educação por permitir que os vossos filhos participe nesta entrevista. O meu muito obrigado.

Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

1. Idade _____
2. Sexo _____
3. Local da Residência _____
4. Nível de Escolaridade _____
5. Número do Agregado Familiar _____
6. Tipo de casa _____

I. Sobre trabalho infantil no mercado Xipamanine

1. A quanto tempo vende no mercado Xipamanine?
2. Quais são as razões que lhe levam a vender no mercado Xipamanine?
3. Os seus pais não lhe proibem vender no mercado Xipamanine?
4. Quais são os riscos que tem encontrado no mercado Xipamanine?
5. Alguma vez já pensou em parar de vender os produtos no mercado?

II. A Influencia do trabalho infantil no abandono escolar

6. Alguma vez já foi a escola?

SIM Não

Se é não quais são os motivos que lhe impede de estudar?

7. Os seus pais lhe deixam ir a escola ou fazer as actividades da escola?

SIM Não

8. Qual é o seu sonho quando crescer?

1. Ser advogada 2. Ser Medico/a

3. Ser Jornalista 4. Outros

III. Sobre situação económica das famílias

9. Quanto é que consegue por mês para o seu sustento e o sustento da sua família?

10. Achas que vendendo nos mercados pode ajudar os seus pais?

11. Quais são as dificuldades que enfrentam na tua família?

1. Carência Material 2. Falta de Alimentação e Fome
3. Falta de Moradia e Energia 4. Outros

IV. Sobre as práticas preventivas ao trabalho infantil no mercado de Xipamanine

12. Quais são as instituições que efectuam palestras no mercado de Xipamanine?

1. SDGCAS- Kalhamankulu

2. INAS

3. Organizações não-governamentais

4. Outros

13. Alguma vez já pensou em largar este trabalho?

Se é sim, porquê?

14. Deixe recomendações

Apêndice 2

Momento da entrevista entre o pesquisador e o entrevistado no mercado Xipamanine



Fonte: tirado pelo autor no dia 15/10/2022.

Apêndice 3

Momento da interação e contacto directo entre o pesquisador e o entrevistado no mercado Xipamanine



Fonte: tirado pelo autor no dia 15/10/2022.